



## Assembleia Municipal de Sesimbra

### **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2016**

----- Aos dezasseis dias do mês de dezembro de 2016, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. Cármen Dolores Mártires Marcelino Cruz e João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Primeira e Segundo Secretários, respectivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- **1. Apreciação da Atividade Municipal;** -----
- **2. Grandes Opções do Plano (PPI e AMR'S) e Orçamento'2017 – Mapa de Pessoal;** -----
- **3. Procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes - Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos e Chefe de Divisão de obras Municipais e Logística - Designação de Júris;**-----
- **4. 2ª. Alteração ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia do Castelo;**-----
- **5. 2ª. Alteração ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia da Quinta do Conde;** -----
- **6. Contrato de Concessão de Energia Elétrica em Baixa Tensão - Protocolo Celebrado entre o Município de Sesimbra e a EDP, Distribuição - Alteração ao Anexo;** -----
- **7. Concessão da exploração e gestão, em regime de concessão de serviço público, de lugares e parques de estacionamento pago na via pública da Vila de Sesimbra – modificação objetiva – reposição do equilíbrio financeiro – prorrogação do prazo de vigência;** -----
- **8. Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Península de Setúbal – SIMARSUL – Emissão de Parecer;**-----
- **9. Projeto da 14.ª assembleia municipal de jovens / 10.º Concurso “As cores da Cidadania”;** ----
- **10. Projeto da 2ª Edição “Promoção da Cidadania entre os Jovens /Jovem Ativo – Saber, Agir Para .... Intervir!”.**-----

----- Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----  
----- Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, Francisco Manuel Soares Cordeiro, Nuno José Almeida Nabais Antunes, Maria Helena Cancela dos Santos Cordeiro, Alain Monteiro Grenho, Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz, Tiago José dos Santos Silva Aragão, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Maria José da Cruz Vieira Borges e Francisco Manuel Catarino Vidal;-----  
----- Pelo Grupo Municipal do PS - Manuel José Cardoso Alves Pereira, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Nelson Carlos Simplício Pólvora, Ana Paula Gato Rodrigues Polido Rodrigues, Manuel Barros Cardoso e Bertina Pereira João Duarte;-----

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP – José Manuel Lobo da Silva e Eduardo Manuel Costa Amigo; -----

----- Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues; -----

----- Pelo Grupo Municipal do BE – José António Melo Nunes Guerra.-----

----- Compareceram ainda, o Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus, o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vítor Ribeiro Antunes e a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Margarida Almeida da Cruz Narciso. -----

----- Comprovada a existência de quórum, **a Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

----- Verificou-se também a presença da Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Felícia Maria Cavaleiro da Costa, e dos Vereadores, José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Cláudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata e Francisco José Pereira Luís. -----

----- **A Presidente da AM** justificou a ausência do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, que por razões de saúde continuava impossibilitado de estar presente nas reuniões da assembleia, expressando os votos de melhoras para que regressasse o mais breve possível. -----

----- Deu conhecimento das substituições da presente sessão, informando que o Deputado Rui João Graça Rodrigues (CDU) solicitara a sua substituição, tendo sido convocado o Deputado Francisco Manuel Catarino Vidal. Igualmente a Deputada Joana Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos (PS) solicitara a sua substituição, tendo sido convocado a Deputada Bertina Pereira João Duarte. -----

----- Passando às informações, a Presidente da AM informou que o Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desporto, cuja assessora tinha estado em Estrasburgo com a delegação da AMJovens no Fórum Mundial da Democracia, tinha-os convidado para uma reunião no seu gabinete. Essa reunião tinha-se realizado no dia 9 do presente mês, no gabinete do Sr. Secretário de Estado, sendo a delegação constituída pelos jovens da AMJovens, os Professores, os Directores dos Agrupamentos e ela própria, onde tiveram a oportunidade de lhe apresentar de uma forma direta o projeto da AMJovens, o seu historial, e o que este tem representado para os jovens do concelho de Sesimbra. No final a reunião tinham colocado três questões ao Sr. Secretário de Estado: -----

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Se podia disponibilizar uma sala do Ministério para a Eleição da Mesa Jovem; tendo o Sr. Secretário de Estado de imediato disponibilizado o Instituto do Desporto e Juventude. O convite para a sessão da AMJovens, que iria decorrer dia 6 de maio, na freguesia da Quinta do Conde. E o convite para ser o alto-patrocinador da 14ª edição da AMJovens, mas tinham frisado que para que isso acontecesse, seria importante que pudesse ser atribuído 1000€ a cada escola para a concretização do seu projeto. Tudo isto tinha ficado para reflectir, mas o Sr. Secretário de Estado tinha-se mostrado disponível para ponderar ao nível da secretaria em cooperar neste projeto. -----

----- Depois a Presidente informou que tinha estado presente, e também o Deputado Rui João nas comemorações dinamizadas pela Associação Nacional de Municípios e Associação Nacional de Freguesias, que ocorreram em Coimbra, sobre os 40 anos do Poder Local Democrático. Tinha estado presente o Sr. Primeiro-ministro, que abriu a sessão, o Sr. Presidente da República, e um painel de presidentes e colegas de assembleias, e tinha sido com orgulho que tinha visto nesse painel o Sr. Vice-presidente da ANAFRE, mais concretamente, o presidente da junta de freguesia do Castelo, Francisco Jesus. -----

----- Informou ainda que tinha sido colocado na PAMS, para os deputados consultarem, o Plano de Risco e Concessões Conexas, que tinha vindo da Câmara Municipal e também o Relatório sobre a situação económica e financeira intercalar até 31 de junho de 2016, enviado pelo Revisor Oficial de Contas.-----

----- Informou também que tinha ficado acordado em reunião de Líderes, a distribuição dos pontos da ordem de trabalhos da presente sessão e o agendamento da próxima reunião para dia 20 de janeiro. ----

----- Indicou que tinha ficado também acordado com a Srª. Vice-presidente, uma vez que o Coordenador da Comissão “2” demonstrava interesse em saber o ponto de situação da revisão do Plano Director Municipal, uma reunião conjunta das comissões, com a Comissão Técnica, para dia 11 de janeiro.--

----- Também tinha ficado ainda acordado com a Srª. Vice-presidente e com a Comissão de Líderes, dada a extensão da ordem de trabalhos e urgência de alguns pontos, que a presente sessão não teria “PAOD” e que os pontos da ordem de trabalhos seriam distribuídos da seguinte forma:-----

### **1ª Reunião dia 16 de dezembro de 2016**-----

----- **1º Ponto “Grandes Opções do Plano (PPI e AMR’S) e Orçamento’2017 – Mapa de Pessoal;**-----

----- **2º Ponto “Procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes - Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos e Chefe de Divisão de obras Municipais e Logística - Designação de Júris;**-----

----- **3º Ponto “2ª. Alteração ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia do Castelo”;**-----

----- **4º Ponto “2ª. Alteração ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia da Quinta do Conde;**

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- 5º Ponto “Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Península de Setúbal – SIMARSUL – Emissão de Parecer”.-----

----- 2ª Reunião dia 20 de janeiro de 2017-----

----- 6º. Ponto “Apreciação da Atividade Municipal;-----

----- 7º. Ponto “Contrato de Concessão de Energia Elétrica em Baixa Tensão - Protocolo Celebrado entre o Município de Sesimbra e a EDP, Distribuição - Alteração ao Anexo”;-----

----- 8º. Ponto “Concessão da exploração e gestão, em regime de concessão de serviço público, de lugares e parques de estacionamento pago na via pública da Vila de Sesimbra – modificação objetiva – reposição do equilíbrio financeiro – prorrogação do prazo de vigência”;-----

----- 9º. Ponto “Projeto da 14.ª assembleia municipal de jovens / 10.º Concurso “As cores da Cidadania”;-----

----- 10º. Ponto “Projeto da 2ª Edição “Promoção da Cidadania entre os Jovens /Jovem Ativo - Saber, Agir Para .... Intervir!”-----

----- Colocada à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dividir a sessão ordinária de dezembro em 2 reuniões e a distribuição dos pontos da ordem de trabalhos.-----

----- Seguidamente foi dado início ao PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS.-----

----- Mas neste período não interveio qualquer Cidadão.-----

----- Então a **Presidente da AM** passou de imediato ao PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

----- **1º Ponto “Grandes Opções do Plano (PPI e AMR’S) e Orçamento’2017 – Mapa de Pessoal”**-----

----- Sobre este ponto a **Presidente da AM** disse que era prática da Assembleia Municipal quando se tratava de documentos de grande importância para o município, serem discutidos com todas as comissões. Essa reunião tinha-se realizado no passado dia 9, na qual estiveram presentes os Vereadores, José Polido e Sérgio Marcelino, que se fizeram acompanhar pelo Dr. Aníbal Sardinha e pela Dr.ª Graça Candeias, e onde foram apresentados os tópicos, as estratégias, os projetos e também a situação financeira inerente ao presente documento. Foram colocadas várias questões pelos Deputados, que foram esclarecidas, mas não houve expressão do sentido de voto.-----

----- Depois cedeu a palavra à **Vice-presidente da CM** para fazer a explicação do presente documento, que por sua vez disse que dava a palavra ao **Vereador José Polido**, que detém o pelouro financeiro, para que fizesse a apresentação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017.-----

----- O **Vereador José Polido** começou por referir que o presente orçamento para 2017, como sabiam, era o orçamento de fim de mandato, que trazia novas oportunidades de financiamento, para as quais a

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Câmara Municipal já tinha colocado algumas candidaturas e também finalizava algumas candidaturas do anterior quadro comunitário. Portanto era um documento que consideravam extremamente importante para o desenvolvimento das atividades do concelho, daí terem proposta uma série de obras que iriam melhorar substancialmente a vida dos cidadãos do concelho e quem o visita. -----

----- Passando aos valores o Vereador José Polido referiu que o presente orçamento, de cerca de 49 milhões de euros, era sensivelmente inferior a 1 milhão ao orçamento da autarquia e superior em cerca de 2,6 milhões de euros face ao orçamento inicial aprovado no ano anterior, isto fruto dos empréstimos que entraram para o orçamento. Orçamento este que se divide, receitas correntes de 46 milhões de euros, receitas de capital de 2.978 milhões de euros, despesas correntes de 35 milhões de euros e despesas de capital de 13.649 milhões de euros. Isto significa que a autarquia de Sesimbra cumpre os objetivos, libertar receita corrente para fazer face aos investimentos. -----

----- Detalhando as receitas indicou que os impostos diretos representam 20 milhões de euros, os impostos indiretos 216 mil euros, taxas, multas e outras penalidades 3.458 milhões de euros, rendimentos de propriedade 1.246 milhões de euros, transferências correntes 5.975 milhões de euros, venda de bens e serviços 13.802 milhões de euros, e outras receitas correntes 847 mil euros. -----

----- Referiu que na venda de bens de investimentos, apesar de a autarquia estar a pensar alienar alguns bens de que dispõe, nomeadamente terrenos para construção, quer em Sesimbra, quer na freguesia do Castelo, sobretudo, não podiam inscrever ali valores superiores à média, tinham que respeitar as regras do POCAL-Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais. -----

----- Nas transferências de capital, 1.302 milhões de euros; passivos financeiros 1.574 milhões de euros; outras receitas de capital, 30 mil euros, o que perfaz os tais 2.970 milhões de euros. -----

----- Nas despesas correntes, que têm uma componente bastante elevada com os recursos humanos, cerca de 18,8 milhões de euros para as despesas com o pessoal. -----

----- Na aquisição de bens e serviços, chamando a atenção para o esforço que a autarquia estava a fazer na contenção, tinham 12.888 milhões de euros. Portanto uma ligeira redução, face aos próprios acréscimos, quer da inflação, quer dos próprios serviços que a autarquia desenvolve. -----

----- Nos juros e encargos 695 mil euros, também aqui uma ligeira redução. Nas transferências correntes 2.763 milhões de euros. Subsídios 65 mil euros. E outras despesas correntes 110 mil euros. ----

----- Nas aquisições de bens de capital, onde centravam o investimento, o chamado PPI, tinham 10.841 milhões de euros. Transferências de capitais 718 mil euros. Activos financeiros 213 mil euros.

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Passivos financeiros 1.847 milhões de euros. E outras despesas de capital 8 mil euros. O que perfaz 13.649 milhões de euros. -----

----- Salientou que nas receitas correntes, dos 20 milhões de euros nos impostos diretos, uma das principais receitas era o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). E esperavam atingir este ano a módica quantia a rondar os 14 milhões de euros, apesar de algum cepticismo de alguns sectores. Portanto tinham colocado no orçamento 14.800 milhões de euros, em termos de IMI, porque estavam na expectativa de no próximo ano receberem alguma recuperação da dívida referente a este imposto. -----

----- Nas aquisições de bens e serviços, tinham 150 mil euros inferiores ao ano passado, onde destacaria a gestão dos combustíveis, com uma redução expectável de 20%. -----

----- Nos juros também tinham uma redução de 0,2%. -----

----- Nas transferências correntes, que era onde apoiavam o sector social, o movimento associativo, tinham um acréscimo de 10% nesta rúbricas. -----

----- Passando para as Grandes Opções do Plano referiu, que tinham para o ano de 2017 umas GOP no total de 20.603 milhões de euros, nas quais estavam incluídos 10.841 milhões de euros. Significava que nas atividades mais relevantes tinham cerca de 10 milhões de euros. -----

----- Descreveu algumas das obras e iniciativas que a autarquia se propunha realizar em 2017: -----

----- - Alargar as infra-estruturas das quais dependem a qualidade de vida da população; -----

----- - Promover uma política sustentável do urbanismo, ordenamento e requalificação urbana; -----

----- - Promover a defesa do património natural e cultural; -----

----- - Promover a valorização da cultura e qualidade do turismo; -----

----- - Incrementar o apoio e o empreendedorismo, o associativismo e a participação da população através, sobretudo, das opções participadas; -----

----- - Valorizar a relação com os munícipes e a comunidade em geral; -----

----- - Promover a simplificação, a flexibilidade e a monitorização dos procedimentos administrativos, nomeadamente através do Balcão Único de Serviços; -----

----- - Promover a requalificação pessoal e profissional dos trabalhadores e consequentemente aumentar internamente o nível de competências, apostando na formação e também na contratação de pessoas para o próximo ano; -----

----- - Promover a racionalização dos recursos humanos e financeiros do município tendo em vista a sua optimização – criavam equipamentos e também tinham que dotar esses equipamentos de recursos humanos, para além de alguns constrangimentos que tinham a nível de outros serviços; -----

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Depois disse que ia destacar algumas das principais obras nas três freguesias. -----

----- Na freguesia do Castelo: a requalificação do Cabo Espichel; a requalificação da Lagoa de Albufeira, através da AUGI; a construção da rede pedonal; a conclusão do saneamento básico na freguesia do Castelo.-----

----- Na freguesia de Santiago: o saneamento na Av<sup>a</sup> dos Combatentes e o restauro da Capela de São Sebastião, a construção do novo Centro de Saúde de Sesimbra e a reabilitação do Bloco da Mata. -----

----- Na freguesia da Quinta do Conde: a construção da nova escola no Conde 2; a renovação das novas águas fluviais e pluviais e a requalificação da rede viária. -----

----- Por áreas destacou: -----

----- Na Educação: - A nova Escola do Conde 2, com 6 salas do 1º Ciclo e 2 salas de Jardim-de-infância, com o complemento de um campo de jogos de 40x20 e um auditório com 200 lugares, que iria responder às necessidades da população da Quinta do Conde, quer a nível escolar, quer a nível cultural; O apoio aos transportes escolares; o apoio no prolongamento dos jovens; a generalização do fornecimento das refeições escolares durante todo o ano – que já faziam atualmente; reforçar a acção social escolar; iriam estar muito atentos ao programa de combate e abandono escolar; o apoio ao movimento associativo e desportivo; a articulação com o CREF; a aposta nas novas tecnologias; a descentralização para as freguesias, nomeadamente, na requalificação dos espaços escolares.-----

----- Na cultura: -----

----- Um vasto programa cultural no Cineteatro Municipal João Mota; o Santuário do Cabo Espichel que a Câmara de Sesimbra irá adquirir brevemente - que será um polo de atracção para o concelho de Sesimbra; as obras de requalificação da Casa da Água, no Cabo Espichel – que estaria concluída no próximo ano; a Temporada da Música de Ópera, no Cabo Espichel; a valorização do património natural e cultural da Arrábida – com o centro de interpretação que iria ser inaugurado na antiga Escola das Pedreiras; os projectos de cariz ambiental na Lagoa de Albufeira; o Parque da Várzea na Quinta do Conde; a requalificação do Parque Ecológico na Quinta do Conde; a promoção de ações culturais na Quinta do Conde; a Orquestra Sinfónica na Quinta do Conde; a Escola de Música da Sociedade Musical Sesimbrense e a Orquestra “Bota Big Band”; o Carnaval; o 25 de abril; os Santos Populares, o Reveillon; e continuariam a apoiar as festas populares no concelho. -----

----- Nas Bibliotecas:-----



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Iriam iniciar o projeto para a construção de uma nova Biblioteca na Quinta do Conde; continuariam a dar especial atenção às Bibliotecas de Praia ano – requalificando alguns espaços; a Feira do Livro de Sesimbra e a Feira do Livro da Quinta do Conde.-----

----- Na Ação Social:-----

----- Iriam continuar a apoiar a Santa Casa da Misericórdia e outras IPSS sediadas no concelho, com os cabazes alimentares para dar apoio a quem mais precisa, sobretudo à Santa Casa da Misericórdia, para a qual a Câmara ainda transfere uma verba substancial anual, fruto do recebimento do estacionamento junto ao Minipreço; o apoio na obra do novo espaço da Cercizimbra na Quinta do Conde; a consolidação dos projetos, como o Espaço Solidário; o programa de cuidados continuados e apoio de ação social; os vales alimentares; a Farmácia Solidária; o apoio às famílias mais carenciadas no âmbito do apoio de ação social escolar; a continuação dos projetos “Sempre a Mexer para não Envelhecer”, o PRIA – Percurso para a Rede de Inclusão Activa, com 5 projetos basilares, entre outros.-----

----- Na Saúde:-----

----- A adesão à Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis; o alargamento de prevenção de comportamentos de risco, ao 2º Ciclo do Ensino Básico; iriam promover um conjunto de *workshops*; a realização de um conjunto de rastreios à população; o reforço de recursos humanos, enfermeiros e médicos de família; iriam fazer pressão para que no próximo ano se iniciasse o novo Centro de Saúde, no qual o Estado investirá uma determinada verba, mas a Câmara Municipal de certeza absoluta iria despender do seu orçamento largas centenas de milhares de euros; continuariam a rebater a configuração do espaço de saúde da Quinta do Conde de forma a proporcionar condições a esta freguesia com 30 mil habitantes; E o apoio às instalações de postos sazonais junto às praias na freguesia do Castelo.-----

----- No Desporto e Juventude:-----

----- Continuariam a dar destaque às iniciativas da Câmara Municipal, como as férias jovens, a regata de aiolas, a travessia da baía, a adaptação ao meio aquático, o corta-mato escolar, o desporto escolar, a animação desportiva de verão, o programa municipal de combate à obesidade; Iriam manter o melhoramento dos equipamentos desportivos, com substanciais apoio ao movimento associativo; Iriam manter a parceria com o Grupo Desportivo de Sesimbra para a gestão da Piscina, e para não haver diferenciação entre a população da freguesia de Santiago e da Quinta do Conde, iriam manter o protocolo que tinha com o “*Sport Cit*”; iriam manter as competências com as juntas de freguesia, sobretudo na manutenção dos polo desportivos descobertos; iriam manter o apoio ao NECA, à ANIME, às





## Assembleia Municipal de Sesimbra

Escolas de Samba; Iriam apoiar a juventude a nível artístico e de formação com iniciativas promovidas pelo Gabinete Municipal da Juventude, que tinha uma série de projetos para dinamizar em 2017. -----

----- Na Habitação Social: -----

----- A continuação da recuperação de património municipal, no Bairro de Almoinha, na Boa Água; no Zambujal, no Bairro Infante D. Henrique, em Sesimbra, onde iriam fazer 12 habitações T0 para dar resposta a pessoas que vivem sozinhas e que precisam deste apoio por parte da autarquia.-----

----- Na Urbanização e Planeamento: -----

----- As obras das AUGI da Lagoa de Albufeira, das quais a autarquia tem sido o dono da obra para que elas não parem; Iriam estar atentos à requalificação da Mata da Vila Amália; As candidaturas ao PARU e PEDU para obras nas três freguesias, sobretudo as viradas para o espaço pedonal; A conclusão da revisão do PDP numa versão bastante avançada, para depois ir a discussão pública para ser submetido às entidades que o iriam aprovar; Iriam dar início ao projeto do novo edifício municipal, para o qual tinham uma verba dotada de 20 mil euros para especialidades que a autarquia não conseguisse resolver internamente.-----

----- No Saneamento e Salubridade: -----

----- A Reabilitação da Av.ª dos Combatentes, em Sesimbra; A obra de construção do emissário pluvial nas AUGI do Casal do Sapo/Seixal; A conclusão do saneamento da Azoia, onde se inclui a zona da pedreira do José Galo, no Zambujal; Continuariam a apostar no sistema de telegestão e na manutenção, quer na rede dos coletores domésticos, quer pluviais, bem como na rede de distribuição de águas, para evitar o desperdício.-----

----- Na proteção Civil: -----

----- Continuariam o trabalho na prevenção de riscos colectivos e ocorrência de acidentes graves, bem como a incumbência ao gabinete de proteção civil da prevenção de acidentes nas escolas; A reabilitação da Torre de Vigia na Azoia; A aquisição de equipamentos de trabalho; A celebração do Dia Municipal do Bombeiro; O Dia Internacional Municipal da Proteção Civil; iriam manter o protocolo com os Bombeiros Voluntários de Sesimbra, cerca de 400 mil euros, para além do apoio no verão e os apoios adicionais para aquisição de viaturas. -----

----- Na Toponímia: -----

----- A atribuição dos topónimos; As classificações dos arruamentos; A atribuição de números de polícia; A concretização do projeto botão de emergência; Iriam iniciar a revisão do Regulamento Municipal de Toponímia; Iriam estabilizar e atualizar o arquivo digital em suporte de papel, procurando

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

prosseguir em simultâneo os trabalhos das ruas com história; iriam implementar em várias localidades os MUPIS para identificar os espaços comerciais; e iriam lançar o desdobrável com as comemorações do 25 de Abril, intitulado “O Roteiro da Liberdade”. -----

----- No Abastecimento de Água: -----

----- Iriam iniciar a reabilitação da conduta do Casalão/Venda Nova, que é a conduta principal que abastece o reservatório que distribui, quer para a Vila, quer para a freguesia do Castelo; A manutenção geral dos reservatórios; Iriam dar especial atenção ao funcionamento da Central da Apostiça, a manutenção dos equipamentos electromecânicos; o reforço da rede de adição e distribuição – iam fazer muitos quilómetros de estradas e tinham vários concursos de estradas para pavimentar, que antes de serem pavimentadas tinham que ser substituídas as condutas com ramais novos; E a beneficiação das captações com a limpeza de alguns furos e a reinstalação de bombas. -----

----- No Desenvolvimento Económico:-----

----- Iriam dar apoio à economia local – as áreas da pesca e ruralidade associadas à vertente turística teriam uma distinção particular; nas semanas gastronómicas iriam dar uma especial atenção, quer à semana da cavala, quer do polvo, quer do peixe-espada-preto, assim como às caldeiradas; Iriam continuar a promover a maçã camoesa; Dariam especial atenção ao Cabaz Prove; ao Cabaz do peixe; Reforçariam o projeto do pão caseiro de Sesimbra – lançado este ano e que teve muito sucesso; A reabilitação do mercado da Quinta do Conde; A aposta nos mercados levante dirigidos aos pequenos produtores locais; Iriam iniciar em 2017 o projeto das hortas de Sampaio, junto à Escola Secundária de Sampaio; Iriam consolidar as hortas solidárias da Quinta do Conde; Iriam continuar com a Zimbr’mel, a Zimbr’arte; a Zimbr’antiga, a Zimbra estações; Iriam criar o Centro de Incubação de Empresas na antiga Escola de Santana; E iriam reforçar a colaboração com a ADREPES – em particular através do programa de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), previsto para o Portugal 2020, assim o Governo fizesse sair rapidamente as portarias porque o único que saiu foi o rural, o costeiro e o urbano continuam em banho-maria. -----

----- No Turismo: -----

----- Continuariam a apostar na campanha “Sesimbra É Peixe”; iriam continuar com os eventos como o Carnaval, o Reveillon; a Temporada da Ópera no Cabo Espichel; os Santos Populares, entre outros.-----

----- No parque de Campismo do Forte do Cavalo:-----

----- Iriam fazer a remodelação de pelo menos um balneário e a instalação de Bungalows, uma vez que tem havido uma procura enorme muito grande neste tipo de alojamento. -----

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Nas Praias: -----

----- Iriam continuar a fazer o trabalho de excelente qualidade, quer na limpeza, quer na divulgação das mesmas – através também da Bandeira Azul, as praias do Meco, da Foz, do Ribeiro do Cavalo, esta última divulgada este ano através de uma revista e à qual a Câmara teve de dar resposta imediata procedendo à sua limpeza e criando condições para que as pessoas a pudessem visitar.-----

----- Na rede Viária: -----

----- Iriam continuar o programa de pavimentações no concelho; iriam fazer pinturas; iriam fazer passeios na 377 entre Alfarim/Caixas, na Azoia, Zambujal, Almoinha, Santana, Cotovia, Maçã, Corredoura, Quinta do Conde, fruto de uma candidatura que a Câmara Municipal de Sesimbra se submeteu ao PEDU – Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano.-----

----- No Ambiente: -----

----- A criação da reserva natural local da Lagoa de Albufeira, um dos objetivos a realizar em 2017; a criação do sistema de sustentabilidade local da Agenda Local 21 e o programa ECO 21; A manutenção e a criação de novas áreas verdes, na Várzea da Quinta do Conde; na freguesia do Castelo, onde era o ex-parque de campismo da Maçã, o grande espaço de referência será o parque com 5,5 hectares que terá um campo de jogos, um parque radical, um parque infantil, uma zona de feiras e exposições, um espaço de *jogging*, um espaço para fazer churrasco com a família, incluindo o próprio restaurante remodelado; O reforço nos protocolos com as juntas de freguesia do Castelo e Quinta do Conde para a limpeza e corte de ervas, duplicando o valor disponibilizado; Iriam ter especial atenção nas acessibilidades às praias; Iriam adquirir mais meios mecânicos e viaturas para a recolha do lixo; No início de 2017 estaria em funcionamento três ecocentros municipais, na Lagoa de Albufeira, no Zambujal e na Quinta do Conde; Iriam iniciar o canil/gatil no Cabedal, que ronda uns largos milhares de euros, já tinham o projeto que tinha sido feito internamente, mas estavam a aguardar, uma vez que existia a possibilidade de fundos para a construção deste tipo de equipamentos e seria uma falta de gestão se lançassem o projeto e passado um mês ou dois abrisse uma candidatura onde podiam ir buscar alguma verba.-----

----- Na Logística Mobilidade. -----

----- A aquisição de algumas viaturas e máquinas, um carro grua, um carro grua três eixos de recolha, uma carrinha de cabine simples com grua, uma carrinha ligeira Pick-up; duas carrinhas de 9 lugares, um autocarro, cinco carrinhas ligeiras tipo Kangoo, uma mini-giratória, uma carrinha retro e um camião; ----a aquisição de uma central telefónica, para dar resposta a problemas que se tem vindo a sentir; A construção, fruto da remodelação e limpeza da Fonte de Sesimbra, do novo posto de combustível,

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

porque estavam praticamente obrigados a adquirir o combustível à Petrogal, detentora das bombas e do depósito. Tinha enviado naquele dia o projeto para os serviços internos para verificarem se as especialidades estavam de acordo e se eram licenciáveis e em breve o posto de combustível seria uma realidade. E ao lado do posto de combustível iriam fazer uma zona de lavagem para dar resposta às solicitações dos serviços da Câmara Municipal. -----

----- Na modernidade, qualidade e participação: -----

----- Continuariam a apostar na qualidade, nos programas internos de auditoria, na aquisição de novas aplicações informáticas; na optimização dos sistemas informáticos; a atualização das normas de controlo interno riscos de corrupção e infracções conexas; a investir na formação dos trabalhadores; e na participação dos cidadãos, nomeadamente, ao nível das opções participadas.-----

----- Depois informou, que havia a intenção da autarquia de contrair 2 empréstimos, um de curto prazo até ao montante de 2 milhões de euros – tinham utilizado 1,6 milhões de euros de um empréstimo e era isso que iam liquidar até 31 de dezembro do ano em curso. Para além disso e para fazer face às obras a que se tinham candidatado e aos custos que a autarquia teria que despende, iriam contrair um empréstimo 1.761 milhões de euros, que para o prazo de execução dessas mesmas obras, faz com que a autarquia tenha que despende de receita própria de 2,2 milhões de euros. Como dos fundos comunitários vêm 3,4 milhões de euros, para as obras co-financiadas do PEDU, da ala norte do Cabo Espichel e da nova Escola da Quinta do Conde, que totalizam 7.394 milhões de euros, iriam contrair um empréstimo para a parte não co-financiada de 3,4 milhões de euros. -----

----- Presentemente a autarquia de Sesimbra tinha uma dívida global no valor de 20,5 milhões de euros. E se chegassem ao final de 2016 com os empréstimos de médio e longo prazo liquidados, no total de 16.476 milhões de euros, estavam expectantes que a autarquia chegaria ao final do ano com uma dívida ligeiramente acima dos 20 milhões de euros. -----

----- Lembrou que em 2011 a autarquia tinha uma dívida de 34 milhões de euros. Em 2013 a dívida era de 32 milhões. Em 2014 era de 27 milhões. E em 2015 era de 24 milhões. Portanto até 2014 tinham diminuído a dívida em cerca de 5,2 milhões de euros. E a informação que tinham da DGAL, era que o prazo de pagamento era de 73 dias, muito inferior aos 90 dias que a Lei permite aos municípios ter. E não era por acaso, que no empréstimo de médio e longo prazo tivessem uma taxa de 0,1%. Portanto pensava que isto era fruto do trabalho que todos tinham vindo a desenvolver e com uma particularidade que estes resultados foram obtidos sem terem aumentado os impostos, nomeadamente, o IMI, as taxas de água, saneamento e resíduos, e no presente ano também não tinham aumentado as taxas urbanísticas e

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

com concretização de obra. Tinham seguido um determinado rumo que tinha vindo a proporcionar, a realização de obra, o não endividamento da autarquia, e a criação de condições, quer para aqueles que residem no concelho, quer para aqueles que o visitam. E o fruto desse trabalho era o aumento exponencial que houve no presente ano no turismo. E isso era motivo de orgulho para todos os que trabalharam para atingir estes objetivos. -----

----- Concluída a explanação do Vereador, **a Presidente da AM** deu a palavra aos deputados. -----

----- O **Deputado Manuel José Pereira** começou por dizer que o Vereador esteve a falar mais de metade do tempo atribuído para a discussão deste ponto. Enumerou uma série de questões importantes, os valores das rúbricas exaustivamente, mas não referiu uma questão que era essencial no documento que estavam a apreciar, a questão do pessoal. Não referiu que estava previsto para 2017, no Quadro de Pessoal, uma entrada de quase 40 pessoas. Não sabia se tinha sido propositado ou não, mas um dos enfoques que o Partido Socialista ia pôr na presente discussão, ia ser precisamente a política de pessoal que a Câmara está a implementar no ano em que iam aprovar o documento que ia definir a gestão do último ano do mandato. Mas queria começar por pequenas notas: -----

----- O Sr. Vereador tinha feito uma apresentação que não aparentava nem de perto nem de longe, o grau de dificuldade que a própria Câmara teve, seguramente, na elaboração do presente documento. Começou por dizer que para equilibrar o orçamento teve que, como era sabido também, por sobrevalorizar certas receitas, cerca de 4, 5, milhões de euros, conforme era habitual, entre o IMI, o IUC, o IMT, os lixos, a água, o saneamento, e que até teve de cortar numa certa despesa. E onde cortou? Obviamente no investimento, cerca de 600 mil euros. Isso naturalmente implicou um esforço, implicou um trabalho de preparação, no qual não se fez com que o Partido Socialista estivesse envolvido, como Vereadores de pleno direito, discutindo a proposta de GOP'S que a Câmara tinha que fazer, praticamente não tiveram intervenção a não ser depois na reunião de Câmara onde esse assunto foi discutido. -----

----- E portanto essa também era outra pedra de toque na intervenção do PS, a discriminação de que o Partido Socialista estava a ser alvo. Tinha pelouros atribuídos, mas não tinha tempo correspondente para realizar o trabalho desses pelouros, e já tinham referido várias vezes que estavam disponíveis. Portanto esse é um factor discriminatório daquilo que é o equilíbrio das forças políticas representadas na Câmara. Até porque a outra força política, que até tem tempos, não sabiam se por ser a última proposta do orçamento do mandato, já se abstinha, quer no orçamento e nas GOP, quer nos impostos municipais. E portanto havia uma postura diferenciada no tratamento daquilo que, em princípio, são as oposições à força maioritária que gere a Câmara. -----

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Quanto à despesa disse que queria salientar, uma vez que tem vindo a ser feito nos últimos anos um esforço de contenção nesta rubrica, o aumento de 100 mil euros no trabalho extraordinário, um aumento de 16%. Assim como o aumento de cerca de 260 mil euros, 10%, nas transferências correntes. Contrariamente a estes aumentos, o orçamento da Assembleia Municipal sofreu um corte de 24%, cerca de 20 mil euros. A Assembleia não precisa desse dinheiro porque se governa parcamente, mas pensava que devia ficar sublinhado. -----

----- Relativamente às obras enumeradas citou que o destaque que o Partido Socialista tirava, era que 2017 ia ser o ano do alcatrão. Era a principal rubrica das GOP sem qualquer dúvida, 2 milhões, aliás o Sr. Vereador até tinha dito que eram 2,3 milhões, porque englobou também as outras coisas que não são a rede viária, ele diria só os 2 milhões, que representam um aumento de meio milhão superior ao ano anterior, provavelmente um aumento maior que aquilo que ia ser a execução das obras nos arruamentos. Quando, por exemplo, a cultura tinha um corte de 31%, convinha não esquecer que a cultura já dizia muito às pessoas. -----

----- Depois disse que na Ação Social, uma área que como todos sabiam tem um investimento parco na parte do município, tinha um aumento de quase 180 mil euros. Talvez tivesse a ver com o apoio local da CERCI, mas não sabiam porque o Vereador na sua intervenção longa não explicou. -----

----- A Proteção Civil tinha um aumento de 27 mil euros, mais de 20% face ao orçamento do ano anterior, que poderia ser para as obras da Torre da Azoia, mas em contrapartida havia uma diminuição nas despesas correntes de 300 e tal mil euros. Significava que havia algum corte no subsídio aos Bombeiros em relação ao ano anterior. E era preciso ter atenção a isso. -----

----- Nas estradas havia um aumento de 500 mil euros, 27% de aumento, mas era sempre bom fazer asfaltos bonitos nestes anos. -----

----- No ambiente havia mais 300 mil euros, o Vereador tinha falado de algumas coisa como o Parque Urbano da Maçã, que não seria um valor desta natureza, mas eventualmente algumas viaturas de recolha que estivessem naquela rubrica. E portanto estas eram pequenas questões. -----

----- Agora a partir do momento em que a postura do Partido Socialista, que tem sido coerente, em discordar da forma como a Câmara entende os impostos municipais, considerando que é a esta que incumbe a grande fatia, senão a exclusividade da economia do concelho, não devolvendo alguma capacidade às famílias e às empresas com uma eventual redução, perfeitamente aceitável face à situação financeira que a Câmara tem hoje e que o Vereador do PS explicou, uma devolução de cerca de 800 mil euros na colecta dos impostos municipais, que teria importância na economia concelhia, isso indiciava

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

desde logo a votação do Partido Socialista nos presentes documentos. Portanto o PAEL tinha servido durante os últimos dois, três, anos, como justificação para manter os impostos, um pouco como a *Troika* ao governo do PSD, não podiam concordar. -----

----- Quanto às questões do pessoal, que eram questões muito delicadas e que deviam ser referidas, quer nas novas contratações, quer na mobilidade entre carreiras, tinham ficado com a sensação nítida de que existe uma gestão municipal partidarizada, sobre a questão tempos e pelouros, mas também uma gestão de pessoal partidarizada, com algumas vantagens para determinadas pessoas em detrimento de outras, que se assumem claramente à luz do dia, algumas até com cargos importantes, de serem do Partido Socialista, ou de outra força política que não a maioritária. E era preciso esclarecer muito bem as condições, os critérios, quais as bases das decisões que eram tomadas ao nível do pessoal, que teriam que ser, seguramente, a competência, o empenhamento das pessoas, os anos que têm de serviço, e não outros critérios. Isso tinha que ser assumido, tinha que ser dito claramente, para que não restassem dúvidas sobre as pessoas que são discriminadas em relação a outras. Portanto a Câmara tinha que dizer finalmente qualquer coisa sobre essa matéria, sob pena, não ficando claro, de ser objecto de dúvida das pessoas. Até porque há presentemente um conjunto de indicadores que indiciavam alguma degradação do ambiente de trabalho entre as pessoas dentro da Câmara por esse facto. E portanto era essencial que isso ficasse esclarecido, até porque a Deputada Paula tinha qualquer coisa a dizer sobre isso. -----

----- Portanto a declaração de voto que a sua bancada ia apresentar, seria muito na base da declaração de voto dos Vereadores do Partido Socialista, ou seja, uma declaração de voto mais “política” do que a dos anos anteriores, porque tinha a ver com algum sentimento de frustração dos eleitos do Partido Socialista, não só na Câmara, na Assembleia Municipal, nas Assembleias de Freguesia, em relação à forma que entendiam estar a ser discriminados. -----

----- **O Deputado João Rodrigues** começou por referir que o Movimento Sesimbra Unida (MSU) na reunião das comissões, onde foram analisados os presentes documentos, tinham feito referência à rúbrica de seguros porque acharam um valor significativo, de 165 mil euros para 263 mil euros, que representou um aumento do prémio de seguro cerca de 60%. E sem pôr em causa a legitimidade do processo e a honestidade de quem promoveu, julgavam que valeria a pena fazer uma análise aos documentos de suporte da presente contratação das apólices. E iam deixar à Sr<sup>a</sup>. Presidente, no final da sessão, um pedido dirigido ao executivo para que fornecesse todos os elementos de suporte à presente contratação, para possíveis contribuições que pudessem dar para que haja mais propostas por parte das companhias de seguros para baixar o prémio. Achavam que valia a pena haver um esforço adicional, ou

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

de contacto, ou de presença, ele próprio como um dos representantes do MSU na assembleia estava disponível para o fazer. Deixassem isso a seu cargo porque não tinha vergonha de pedir que fizessem propostas e de assumir essa responsabilidade, era uma responsabilidade pessoal, tinham era de fazer qualquer coisa, porque 60% era um aumento elevado. Qualquer dia estavam na mão de uma companhia de seguros e em vez de 263 mil euros seriam 300 ou 400, e tinham que evitar isso a qualquer custo.-----

----- Quanto ao orçamento propriamente dito, e em coerência com aquilo que sempre tinham dito, gostariam de referir que defendiam que os orçamentos devem garantir o equilíbrio da autarquia e sem dúvida que o presente orçamento garantia esse equilíbrio. Contudo não podiam deixar de dizer, com base numa perspectiva presentemente confirmada e consolidada de que havia a garantia desse equilíbrio e porque o orçamento não se faz só de despesas mas também de receitas, que havia condições para a redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis. Sabiam qual era a posição da autarquia sobre este assunto, de que não iria beneficiar apenas os residentes no concelho, que também beneficiaria aqueles que têm segunda habitação, mas também sabiam que havia condições para baixar a taxa do IMI. E na última sessão da assembleia, a 3 de novembro, na discussão sobre esta matéria tinham apresentado quatro justificações em defesa da posição do MSU pela qual discordavam. Queria dizer que tinha tido o cuidado de ouvir a intervenção da Sr<sup>a</sup>. Vice-presidente, no dia anterior na “Sesimbra FM”, e que fez referência que a taxa do IMI estava dentro da média nacional. Lembrava que um dos fundamentos que o MSU indicava para a redução desta taxa, era porque três em cada quatro câmaras municipais, das 308 no país, têm uma taxa do IMI inferior a Sesimbra. E para 2017 ainda ia ser mais significativo, porque segundo informações recentes existem mais câmaras a aplicar a taxa mínima do IMI.-----

----- Por outro lado, o MSU defendia o equilíbrio no tempo, defendiam sempre que esse equilíbrio se mantivesse e que não houvesse oscilações no país, como tem existido ao longo dos anos, infelizmente. Por isso aquilo que tinham visto, logo que as restrições se levantam admite-se de imediato 49 colaboradores, que representam um acréscimo de 5% do quadro de pessoal e que ia representar nos custos do pessoal 4,2 %, depois iriam ver em termos práticos se se confirmava ou não estes valores. Mas de qualquer forma estavam a falar de um ano para o outro de um acréscimo de 5%. E como sabiam era uma rúbrica fundamental nos orçamentos e que tem um efeito não só conjuntural, se fosse só conjuntural tudo bem, mas não, era estrutural. E por isso o que recomendavam era ponderação e moderação. Tinha havido de facto um período de restrição, mas logo que se abria a porta não podiam caminhar desta maneira, porque se houver novamente um período de restrição como é que resolviam o problema? Portanto, era com base nestes argumentos que o Movimento Sesimbra Unida ia votar contra.---

Ata nº34 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- **O Deputado Lobo da Silva** começou por referir que o Sr. Vereador tinha repetido aquilo que já tinha dito na reunião das comissões. Tinha pena que não tivessem sido dadas as respostas às questões colocadas pelo PSD. Qual a dívida de terceiros à Câmara? E qual a dívida da Câmara a terceiros, e nomeadamente as dívidas que estão em processos judiciais. -----

----- Passando ao orçamento disse que todos sabiam que ou se destapa a cabeça, ou se tapa a cabeça e destapa os pés, era evidente que o presente orçamento da forma como estava apresentado tinha alguns cortes, mas também tinha investimento. E tinha investimento porque a autarquia ia aproveitar, e muito bem, os fundos comunitários que estavam à disposição. E desde sempre tinham sido coerentes que não deviam desperdiçá-los desde que a Câmara Municipal não se endividasse, porque era uma forma de desenvolvimento concelhio e porque “a água não passa duas vezes por baixo da ponte”. Quanto às opções certamente que o PSD teria outras. -----

----- Relativamente à dívida disse que efetivamente estava a descer. Os prazos de pagamentos estavam nos 73 dias, abaixo daquilo que a Lei prevê que são os 90 dias. -----

----- Quanto às opções, e uma vez que o Sr. Vereador tinha falado em vários protocolos, em várias iniciativas, queria lembrar o seguinte: o PSD tinha perguntado, há cerca de três meses, se o projecto-piloto denominado Sport Zimbra que se efectuou na freguesia de Santiago se ia repetir no próximo ano. E a resposta tinha sido, que poderia ser eventualmente mais abrangente, nomeadamente às freguesias do Castelo e da Quinta do Conde, desde que houvesse orçamento e tivesse contemplado nas GOP. Como ali nas GOP não conseguiu ver qualquer valor, das duas uma, ou não se ia repetir, ou ia ser outra vez nos mesmos moldes. E os jovens das freguesias do Castelo e da Quinta do Conde ficavam outra vez sem poder frequentar o projeto. -----

----- Referiu que a bancada do PSD já tinha alertado muitas vezes que o que o Turismo é a alavanca fundamental do concelho de Sesimbra. Há pouco o Sr. Vereador informou que Sesimbra ia feiras, não aos Estados Unidos, nem ao Canadá, mas aqui próximo, e ainda bem que ia. O PSD já tinha também alertado que tinham que sair daqui, que tinham que mostrar aquilo que Sesimbra tem de melhor, em termos de cultura, em termos ambientais, em termos de praias, em termos de gastronomia, tinham que saber “vender” Sesimbra, e era isso que a Câmara Municipal até hoje não tinha sabido fazer. Porque se aquilo que tinham como base era ir a essas feiras, quando chegavam ao orçamento viam contemplados mil euros e com mil euros não iam a lado nenhum, não dava nem para comprar uns folhetos. Portanto a Sr<sup>a</sup>. Vice-presidente e o Sr. Vereador tinham que saber representar Sesimbra. Tinha saído no Boletim



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Municipal que Sesimbra tinha estado em algumas feiras, mas de qualquer forma a participação foi praticamente nula.-----

----- Por fim queriam dizer que lamentavam, não obstante terem um Vereador na Câmara e que participou na feitura do orçamento, terem feito ao longo dos anos, nomeadamente em 2016, várias recomendações à Câmara, com ideias, com sugestões, não terem visto qualquer recomendação transposta para o presente orçamento. Daí o PSD na Assembleia Municipal não poder dar o aval, não em termos financeiros, mas em termos de GOP entendiam que poderiam ter ido mais longe. -----

----- O **Deputado Alain Monteiro** começou por dizer que a bancada da CDU, tendo em conta toda a documentação apresentada, tinha dividido o presente orçamento em três grandes objetivos.-----

----- O primeiro objetivo dizia respeito à racionalização dos recursos financeiros, através da gestão responsável e rigorosa que o presente executivo municipal tem vindo a colocar em prática. Neste sentido, também consideravam importante fazer face aos compromissos já assumidos, igualmente captar fundos comunitários através das candidaturas, umas que já tinham sido apresentadas e outras que seriam apresentadas em 2017. Ainda nesta sequência, concluir alguns investimentos que vinham de anos anteriores e também continuar a reduzir a dívida global da Câmara Municipal. Se bem que a bancada do Partido Socialista tivesse acabado de certa forma dar os parabéns à Câmara, reconhecendo que a situação financeira hoje estava bem melhor, inclusive estava bem melhor do que aquela que o presente executivo recebeu em 2005, na altura fruto da gestão do Partido Socialista. Era preciso ter em atenção, que no presente plano financeiro, como o Sr. Vereador já referira, não haveria aumento de impostos, nem sequer endividamento da Câmara. Aliás, bem pelo contrário, a bancada da CDU estava certa de que a dívida da Câmara iria baixar novamente em 2017, e isso seria certamente o melhor ponto de trabalho que poderiam deixar ao próximo executivo municipal. -----

----- Relativamente a algumas questões colocadas pela bancada do Partido Socialista, quanto aos impostos municipais, disse que de facto o Partido Socialista era coerente, era coerente quando era executivo municipal e aí tinha uma coerência, e era coerente quando estava na oposição e aí tinha outra coerência. Porque durante o mandato do Partido Socialista o IMI esteve na sua taxa máxima, e foi o executivo da CDU que baixou. E na última assembleia sobre a fixação da taxa do IMI, em novembro, a ideia do Partido Socialista era apresentar uma redução de 0,40 para 0,39, significava na realidade que aquilo que o Partido Socialista queria devolver aos munícipes, no final do ano, eram alguns trocos.-----

----- No entanto era preciso não esquecer, que no presente dia na Assembleia da República, o Partido Socialista tinha chumbado a proposta do Partido Comunista para aumentar o salário mínimo para 600€, e

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

essa medida não era apenas para os Sesimbrenses, era para todos os portugueses. Porque de facto viver com 530€ que com os impostos reduz para 460€, estavam a falar de pessoas que vivem no limiar da pobreza. E os deputados do Partido Socialista não quiseram alterar essa situação para melhorar a vida dessas pessoas. E estavam a falar de 6.000 portugueses que trabalham e que são pobres porque trabalham, mas isso eram outras questões. No entanto o Partido Socialista na Assembleia Municipal queria onerar a Câmara Municipal prescindir de receita para deixar de fazer aquilo que tem que fazer. Ou seja, na realidade o executivo camarário “era preso por ter cão e por não ter”, fazia obra e era criticado, não fazia obra e era criticado também.-----

----- Quanto ao segundo desígnio que a CDU vislumbrava naquele orçamento, tratava-se de facto de garantir o bom funcionamento da autarquia. E mais que garantir esse funcionamento era garantir a qualidade do serviço prestado. E para garantir esse serviço era necessário adquirir equipamento e era necessário recrutar trabalhadores. Não se deviam esquecer que a autarquia durante o mandato do Governo do PSD/PP, 2011/2015, viu reduzido o número do seu pessoal em cerca de 150 trabalhadores. E também nessa sequência, viu-se condicionado a recrutar trabalhadores no ano seguinte. Isto significava que de facto para manter equipas de trabalho, para manter essa qualidade e prestação de serviços, principalmente para manter alguns serviços como serviço público, era preciso mão-de-obra.-----

----- Portanto a bancada da CDU não compreendia a acusação que tinha sido feita, que consideravam gravíssima, nomeadamente quando falavam de gestão de pessoal partidarizada, até porque o PS, e devolvia a acusação, tinha feito bem pior do que aquela que pensa que este executivo está a fazer. Bastava lembrar, por exemplo, que quando o executivo CDU começou a exercer as suas funções, não fez aquilo que o PS tinha feito, ou seja, manteve todas as chefias que vinham do tempo do PS. Quanto a outras questões colocadas, também achavam que não faziam sentido. E não fazia sentido porque estavam a falar de um orçamento de 49 milhões de euros e algumas dessas questões referiam-se a rubricas que não tinham nenhum peso significativo no orçamento. -----

----- O terceiro grande objectivo era o investimento que o presente executivo pretendia fazer em 2017. E de facto não era um investimento eleitoralista, mas sim um investimento que vinha dos anos anteriores, nomeadamente a questão do alcatrão. E a questão do alcatrão não nascia em 2017, desde 2005 que este executivo tem vindo a fazer um enorme esforço de reabilitação da rede viária e de outros caminhos para criar melhores acessibilidades no concelho. E nesse sentido a bancada da CDU concordava com todas as opções tomadas, nomeadamente a requalificação do parque escolar nas freguesias da Quinta do Conde e do Castelo, com a construção da EB/Ji da Quinta do Conde, com um orçamento

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

bastante elevado, e também com as obras de saneamento nas três freguesias do concelho. Portanto não estavam ali falar de obras eleitoralistas, mas de obras necessárias para aumentar a qualidade de vida da população do concelho, uma preocupação do atual executivo desde sempre. -----

----- Quanto às finanças da Câmara citou que na realidade quer o investimento da Câmara ali referido, quer a verba necessária para o funcionamento da Câmara, eram verbas que vinham quase todas de receitas próprias. Porque infelizmente as transferências do Estado eram pouquíssimas, aliás, nem sequer a Lei das Finanças Locais era respeitada. E isso significava que a Câmara Municipal de Sesimbra e os sesimbrenses estavam abandonados e estavam por conta própria. -----

----- **A Deputada Paula Gato** disse que ia insistir nas carreiras, porque lhe parecia que a política de pessoal da Câmara Municipal de Sesimbra não estava adaptada à questão de motivar e satisfazer as pessoas que tem e as máquinas institucionais funcionam melhor com pessoas mais satisfeitas e com pessoas que são valorizadas. E não lhe parecia isso, porque no presente orçamento tinham 48 novos contratos de pessoal. Em 2015 por aquilo que tinha percebido no relatório da Divisão de Recursos Humanos entraram 16 pessoas e houve uma mobilidade intercarreiras de 15 pessoas. No orçamento ali presente estava previsto uma mobilidade inter-carreiras de 10 pessoas, mas estava previsto a entrada de técnicos superiores através de novas admissões de pessoal. Será que tinha sido feito o necessário para assegurar a mobilidade intercarreiras de pessoas que já tinham as condições para fazer a mobilidade e para preencher os lugares? Estavam contempladas as condições para a mobilidade intercarreiras de todos os profissionais ali previstos? Ou não estavam satisfeitas as condições nessa mobilidade intercarreiras para todas as pessoas? -----

----- Disse ao Deputado Alain Monteiro que de facto os Vereadores não vêm tudo, nem têm o dom de estar em todo o lado, daí que existam coisas que possivelmente fogem ao seu controlo, nomeadamente nas questões do pessoal. E bastava ler o jornal da Comissão Sindical da Câmara, por exemplo, para ver a insatisfação do pessoal de recolha de resíduos, que acusavam as suas chefias de assédio moral no local de trabalho. Será que a Câmara tinha feito alguma coisa para evitar essas situações? Isto era gestão de recursos humanos. Porque a gestão de recursos humanos passa por novas contratações, por satisfazer clientelas, que podem não ser só partidárias, mas passa também por assegurar o bem-estar dos trabalhadores nos seus locais de trabalho. Se calhar esse bem-estar estava também relacionado com os 60 acidentes de trabalho que aconteceram em 2015, que estava bem visível no relatório do Serviço de Saúde Ocupacional. Passando a questão da insatisfação, da admissão de pessoal e da mobilidade intercarreiras, fruto de uma total inépcia em relação aos recursos humanos, queria dizer o seguinte:-----

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- A Câmara Municipal de Sesimbra tem atualmente 891 trabalhadores efectivos. O ACES Arrábida, que obviamente não tem a dimensão de todas as funções da Câmara, tem 513 trabalhadores para os três concelhos que abrange. Pensava que se devia ponderar um bocadinho nos 48 novos contratos num só ano, não estava optimista em relação à economia do país, nem da Europa, nem do Mundo, estava até muito pessimista, e achava imprudente contratar 48 novas pessoas, quando se devia ter alguma contenção e dividir isso mais espaçado no tempo. -----

----- Citou que no relatório do Revisor Oficial de Contas, em relação às contas da Câmara, vinha a aquisição de 2 lotes na Quinta do Conde. E que um dos lotes, com 63m<sup>2</sup>, tinha sido adquirido por 22.400€. Portanto, ou havia engano na dimensão do lote, ou era um lote com um edifício especialíssimo, que tinha levado a Câmara a pagar 22.400€ por um lote tão pequeno. Gostaria de um esclarecimento.---

----- Terminou referindo o corte na cultura de 31% para o próximo orçamento e disse que se fosse a Vereadora Felícia tinha ficado uma leoa, furiosa, porque quando se corta em áreas como a cultura, está-se a cortar em coisas essenciais, se bem que muitas vezes o essencial não era considerado importante, mas um corte de 31% na cultura significa menor investimento no bem-estar da população do concelho.-

----- **O Deputado Miguel Ribeiro** começou a sua intervenção referindo que a política tem o desígnio de tornar defensável, aquilo que à partida não seria defensável. Não era possível de facto defender um aumento tão elevado de trabalhadores na Câmara Municipal em apenas um ano, com todas as consequências que isso trazia. Tinha-se falado que era necessário recrutar mais pessoal, porque este pessoal era importante para fazer aquilo que tinha que ser feito, mas tinham que ter em conta, para além do exagero, face às contas da autarquia que atingiram um determinado equilíbrio, que o MSU saudava, e não podiam voltar para trás. -----

----- Por outro lado, quando se fala em recrutamento tem que se pensar noutra coisa, como se recruta e quais são os critérios de recrutamento. E quando se fala em mobilidade de trabalhadores também tinham que ter em conta determinados critérios. Tinha havido ali uma troca de acusações entre os partidos que estiveram no executivo camarário quanto aos erros cometidos no passado, porque quer o PS, quer a CDU, os tinham cometido. Todos sabiam que tinham sido cometidos muitos erros de recrutamento em virtude de questões partidárias. Todos sabiam que a política de recursos humanos da Câmara Municipal não tem sido a melhor. Conhecia trabalhadores que têm sido prejudicados na Câmara por causa das suas opções políticas. O Movimento Sesimbra Unida (MSU) gostaria que os critérios de recrutamento e de mobilidade fossem baseados exclusivamente no mérito das pessoas e naquilo que elas

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

fazem, porque isto também era motivação. E numa instituição seja de âmbito público ou empresarial, tem que haver motivação. E os trabalhadores se sentirem motivação terão maior produtividade. -----

----- Relativamente às GOP referiu que o MSU tinha feito algumas propostas ao longo dos anos, no exercício daquilo que é o seu direito de oposição, mas poucas ou nenhuma foram tidas em conta. E tinham insistido muito naquilo que são as políticas da autarquia de se virarem para fora, de não estarem cingidas para dentro. A autarquia devia investir mais na participação do concelho em eventos internacionais para promover a marca Sesimbra. A viragem da autarquia para o exterior podia passar por protocolos com universidades, por exemplo, porque Sesimbra tem tudo, mar, serra, condições para serem instalados polos universitários, para os estudantes virem fazer a sua tese de mestrado, ou de doutoramento. E também era importante, porque se fala que Sesimbra tem muitos e muitos turistas em épocas altas, fazer-se mais para atrair turistas em épocas baixas, por exemplo, e mais uma vez, protocolos com consulados, com embaixadas, para que promovessem os seus eventos nas unidades hoteleiras do concelho de Sesimbra. E com isso o comércio local seria beneficiado e seria reforçado. -----

----- Por fim disse que o Movimento Sesimbra Unida para além de não votar favoravelmente o orçamento, também não se revia nas Grandes Opções do Plano, precisamente por entender que se devia fazer muito mais do que aquilo que a autarquia faz, especialmente virar-se para o exterior. E era muito importante para Sesimbra internacionalizar-se de alguma forma e ser mais conhecida. Falavam muito que o peixe de Sesimbra é o melhor do mundo, todos eles concordavam, mas há ainda muita gente que não sabe disso, e quanto mais gente souber desta realidade mais Sesimbra irá beneficiar. -----

----- O **Deputado Tiago Aragão** referiu que apesar das posições contrárias manifestadas pela oposição, esta não tinha apresentado argumentos contra as Grandes Opções do Plano, o que era de salientar, uma vez que perdia a oportunidade de se juntar à CDU e a um plano que pretendia tirar o concelho de Sesimbra de níveis “terceiro-mundistas” e colocá-lo em patamares de primeiro mundo. E apesar da oposição anteriormente já ter criticado as opções tomadas, dizendo que as mesmas trariam o desastre ao concelho, todos podiam ver que felizmente isso não se verificou. -----

----- O **Deputado Lobo da Silva** disse que tinha havido duas intervenções sobre as quais a bancada do PSD não podia deixar de se pronunciar. A intervenção da Deputada do Partido Socialista, que disse que há trabalhadores da Câmara Municipal que são alvo de assédio moral no trabalho. Era uma situação grave e a bancada do PSD não podia compactuar com isso. Gostariam de saber quem eram as pessoas que andavam a fazer assédio moral aos trabalhadores, porque era uma situação inadmissível. -----

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Quanto ao deputado do MSU dizer que há trabalhadores na Câmara que têm sido prejudicados por causa das opções políticas, pensava que era importante saberem quem eram os trabalhadores que andam a ser perseguidos, certamente que não era por culpa do PSD. E solicitava à Sr<sup>a</sup>. Presidente da Assembleia que exigisse à Câmara Municipal um confronto na Assembleia Municipal com as pessoas envolvidas para que ficassem esclarecidos. Porque não se podia apenas dizer que havia assédio no trabalho. Porque qualquer dia diziam outra coisa qualquer e ficava novamente tudo em claro. Esperava que fossem dados esclarecimentos e dados concretos sobre esta situação.-----

----- **O Deputado Francisco Cordeiro** começou por dizer que a sua intervenção ia centrar-se na questão dos recursos humanos, um item muito pequenino na questão das GOP que estava naquele dia a ser discutido, obviamente muito importante, porque os trabalhadores são uma peça muito importante na Câmara Municipal, mas considerava errado que se rejeitasse o presente orçamento e as grandes opções do plano com o argumento da defesa dos trabalhadores. Porque se houve ataque aos trabalhadores ao longo dos anos não foi pela Câmara Municipal, foi por parte das Leis do Governo Central que congelaram as progressões na carreira, que reduziram o preço do trabalho, nomeadamente nas horas extraordinárias. Desde 2010 que as horas extraordinárias são roubadas aos trabalhadores, 75% do seu valor, imposto pelo Eng.<sup>o</sup> José Sócrates do Governo do Partido Socialista.-----

----- Relativamente à motivação disse que tanto a Câmara Municipal de Sesimbra, como outras na nossa região, sempre motivaram os trabalhadores. E relembra os anos de 2008, 2009 e 2010 a opção gestionária, que o então Ministro Teixeira dos Santos, também do Partido Socialista, veio a cortar. E em 2011 já não foi possível fazer essa opção gestionária, embora a Câmara tivesse nessa altura 114 mil euros para a fazer aos trabalhadores. E em 2009, o mesmo Governo retirou do Orçamento de Estado a obrigatoriedade da atualização salarial indexada à inflação.-----

----- Quanto à entrada dos 48 trabalhadores podia afirmar que era necessário o dobro para se fazer os serviços, predominantemente trabalhadores das áreas operacionais. E o aumento do trabalho extraordinário obviamente que advinha da falta de pessoal. E muitos dos seus colegas faziam um esforço enorme porque tinham que trabalhar nos dias de folga e fins-de-semana, sobretudo assistentes operacionais que estão há 30 anos na mesma função e ganham o ordenado mínimo nacional, 532,00€ mensais. Portanto isto tinha sido as políticas injustas dos diversos Governos, PS e PSD -----

----- **O Presidente da junta de freguesia da Quinta do Conde, Victor Antunes**, começou por referir que sempre tinha defendido equidade demográfica e também, naturalmente, geográfica, e ansiava ver



## Assembleia Municipal de Sesimbra

isso inscrito nos documentos. Mas também tinha a noção daquilo que era possível e das oportunidades que se proporcionam. Queria ainda destacar o seguinte: -----

----- O facto dos presentes documentos preverem, concretamente para a Quinta do Conde, e sendo presidente da junta de freguesia da Quinta do Conde, como a Sr.ª Presidente fez questão de ressaltar, tinha ficado naturalmente satisfeito, pela opção de se construir uma Escola do 1.º. Ciclo com Jardim de Infância (mais uma) e desta forma prosseguir com uma acção da Câmara Municipal que é uma acção da sua responsabilidade, mas que em comparação com o Governo estavam a anos-luz. E portanto só o facto dos presentes documentos preverem a construção de mais uma escola para a Quinta do Conde, já era uma razão justificativa para se estar satisfeito com orçamento-----

----- O apoio que a Câmara Municipal tem proporcionado a um projeto também digno de realce e de destaque, a Orquestra Geração, para si enquanto Presidente da junta de freguesia e quintacondense, porque provavelmente para a generalidade dos deputados da Assembleia passava despercebido, tão entusiasmadas e inebriados que estavam com pequenas dificuldades e com as guerrilhas. -----

----- E por fim gostaria de dizer, após a sua ausência na Assembleia Municipal pelos motivos que todos sabiam, que pensava que tinham evoluído, mas pelo contrário, pelo tipo de linguagem e pelas afirmações produzidas, tinha regredido, comparativamente à Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde que têm elevado o seu nível, que até se nota pelo número de pessoas que assistem e também pela forma como os seus membros intervêm. Na última assembleia de freguesia relativamente às GOP, que foram aprovadas com os votos favoráveis da CDU, do PSD, do CDS, do BE, do MSU, com a abstenção do PS, o porta-voz do Partido Socialista, apesar de estarem a escassos meses das eleições autárquicas, não se tinha coibido de elogiar e de reconhecer a atividade da junta de freguesia e do presidente, uma coisa que na Assembleia Municipal não conseguem fazer, apesar de ser óbvio. Portanto ficava satisfeito, já que mais não fosse, por estes dois projetos de destacada importância, a construção de mais uma escola e a manutenção e todo o apoio que a Câmara Municipal tem dado ao projeto da Orquestra Geração, o único na margem sul. E só por isso justificava que aprovassem os presentes documentos, ou pelo menos que não votassem contra.

----- **O Deputado Alain Monteiro** disse que a sua intervenção era apenas para responder às questões colocadas pela Deputada Paula Gato. -----

----- Quanto à motivação dos trabalhadores disse que podiam motivá-los de várias formas, em primeiro lugar a formação profissional, que é o que a Câmara Municipal tem feito e em segundo lugar através das condições de trabalho, que a Câmara também tem feito e propõe continuar a fazer. -----





## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Quanto a reconhecer o mérito do trabalhador, infelizmente a Câmara não o podia fazer a todos, porque o SIADAP, do Governo do Eng.º José Sócrates, diz que só 5% dos trabalhadores é que podem ser considerados excelentes e 20% considerados bons, o que significa que 75% dos trabalhadores são postos de lado. E também não podia aumentar o salário aos trabalhadores porque estão na função pública e a função pública tem regras muito precisas. E não podiam em progredir na carreira porque estas estão congeladas. Existiam uma série de questões que a Deputada Paula desconhecia e aconselhava-a a ler a Lei-geral do trabalho para ficar a perceber melhor como funcionam as autarquias. -----

----- Em relação à mobilidade inter-carreiras referiu, que era uma situação que atingia meia dúzia de trabalhadores, não atingia os novecentos e tal trabalhadores da Câmara Municipal.-----

----- Quanto à entrada das 48 pessoas disse que obviamente eram necessidades permanentes, porque senão, e o Sr. Vereador já tinha explicado na reunião, seriam o dobro. Contudo há um ponto muito interessante, os 48 trabalhadores não irão certamente entrar todos em 2017 e não irão entrar todos porque é para a função pública, existe um procedimento concursal, tem regras, tem tempos, e tudo isso demora. Não é como no privado, num dia fala-se com um amigo e no dia seguinte já lá está e com um ordenado melhor que 530€, que é o que se ganha quando se está em início de carreira. -----

----- Por fim disse que tinham sido levantadas ali falsas questões e lamentava que estas impedissem os colegas deputados de votarem favoravelmente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano.-----

----- **O Presidente da junta de freguesia do Castelo, Francisco Jesus**, começou por referir que estavam a falar do último instrumento do atual ciclo político e considerava normal que o discurso, a elevação, o contraditório, pudesse surgir nesta altura. E tinham que aceitar isso com alguma serenidade. Mas parecia-lhe sobretudo que tinha sido dado um enfoque às questões do pessoal naquilo que era a discussão de um documento fundamental. A gestão de recursos humanos era um instrumento, entre muitos outros, que reflete aquilo que são as opções políticas. As grandes linhas orientadores era efectivamente o trabalho que era prestado à população, e era para isso que existem os municípios e as autarquias locais. E as ferramentas que incluem os recursos humanos, os equipamentos, os edifícios, as aquisições de serviços que são necessárias, são os instrumentos utilizados para a satisfação dessas necessidades. E portanto reduzir uma discussão que era ampla, que tinha sido amplamente esclarecida no ponto de vista daquilo que seriam as opções, às questões do pessoal e áquilo que são as opções políticas, parecia-lhe ser bastante redutor daquilo que deveria ser uma discussão mais salutar.-----

----- Relativamente aos recursos humanos das autarquias disse que achava que havia uma tendência de tentar partidarizar, se a CDU vai colocar pessoal por opções políticas, se o PS colocou pessoal por

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

opções políticas, se vão colocar 48, se vão colocar 65. Aquilo em que se tinham que centrar, era que na verdade houve restrições nos últimos 4 anos, restrições até de duvidosa constitucionalidade áquilo que é a efetiva autonomia que o Poder Local deve ter neste item, a gestão dos seus próprios recursos humanos. E também era verdade que o município de Sesimbra nos últimos 4 anos, como várias autarquias, contratou pessoas ao abrigo de um conjunto de regras, que as sucessivas Leis do Orçamento de Estado foram implementando de redução efetiva dos mapas de pessoal, que só podem ser feitas ou por via da aposentação, da saída unilateral por parte do trabalhador, ou pela não renovação dos contratos a termo resolutivo. E portanto houve efetiva redução de trabalhadores. -----

----- Acrescentou ainda sobre a questão dos 48 trabalhadores, que até podiam ser 100, ou 150, e não estava a dizer se era sustentado ou não era sustentado. E dava o exemplo da junta de freguesia do Castelo, onde nunca foi colocada esta questão. Estavam a transferir por opção política, porque presentemente podiam fazer aquilo que entendiam. E tinham aberto um procedimento concursal para 7 lugares, quase que tinham duplicado o mapa de pessoal, uma opção de transferirem um trabalho que é efetivamente trabalho precário, e que hoje no Orçamento de Estado lhes era permitido, naquilo que é o contrato de trabalho em funções públicas com necessidades permanentes no serviço, nomeadamente para dar resposta àquilo que são as delegações de competências e acordos de execução com o próprio município. E portanto as necessidades efetivas são aquelas que são identificadas pelos próprios serviços.

----- Quanto à mobilidade disse que a questão tinha sempre que se colocar em duas tónicas: Primeiro, quais são as necessidades que os serviços identificam. Segundo, há um trabalhador que exerce efetivamente funções e está numa categoria inferior à categoria das funções que exerce, para a qual tem formação académica adequada. E deu um exemplo: era professor, tinha a categoria de assistente técnico e estava a dar aulas, efetivamente que isso configura com a justiça de haver mobilidade. Se um serviço do município, um outro serviço, identifica a necessidade da contratação de um técnico superior, de um assistente técnico, e existe no mapa de pessoal do município um trabalhador com aquelas qualificações académicas, não se justifica o recrutamento, mas sim a mobilidade. Iriam supor que no serviço de turismo era necessário alguém licenciado em línguas, e havia um assistente técnico, ou um assistente operacional, que entretanto se tinha licenciado em línguas, justifica-se efetivamente a mobilidade do trabalhador. Agora não podiam justificar isto exclusivamente com a questão da produtividade, da satisfação do pessoal. A insatisfação do pessoal advinha dos baixos salários, dos baixos rendimentos, da não progressão na carreira há mais de 10 anos, estes é que eram factores de instabilização. No entanto não queria dizer que não se tivessem cometido erros, efetivamente que se tinham cometido, quer na

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

gestão da CDU, quer na gestão do PS. E certamente que se iriam cometer numa futura gestão, não apenas nos recursos humanos mas em todas as opções políticas. -----

----- Relativamente à questão dos tempos dos Vereadores do Partido Socialista, disse que achava que reduzirem meramente à questão dos tempos para a execução dos pelouros que tinham sido há 3 anos atrás acertados, negociados no verdadeiro termo da palavra com o Partido Socialista, era reduzir os eleitos locais a meros administradores da coisa pública. Os partidos políticos têm programas, têm projetos, e eram escrutinados, e pessoalmente achava que devia haver total abertura, a seu tempo, e no devido tempo, para que pudesse haver negociações de partilha de governação. Mas uma partilha de governação era mesmo de governabilidade, porque não estavam a falar de um órgão deliberativo, estavam a falar de um órgão executivo, achava que devia haver partilha. Era claro que cada um e cada força política deviam ter a sua identidade, mas também cada uma devia reconhecer. A força maioritária deve reconhecer, a importância e a influência nas decisões que uma força que não é maioritária pode ter. E a força que não é maioritária deve ter consciência, do peso político que tem a força maioritária que foi escrutinada nas eleições. Estarem a discutir esta questão a 1 ano das eleições, e meramente num quadro administrativo de tempos como se fossem administradores da coisa pública, não lhe parecia correto. ----

----- Acrescentou, que a própria população do concelho que escrutinou programas, que soube a solução que foi apresentada, hoje teria que saber se havia uma solução diferente de governabilidade, achava que não se devia reduzir a uma discussão, era uma discussão que tinha que ser feita por forças políticas, não tinha que ser feita só porque alguém entendia. A população tinha que perceber, havia um entendimento para uma gestão partilhada de governabilidade do município, ponto final. Inclusivamente a prática a que tinham vindo a assistir nem era essa, de parte a parte, não foi essa a solução que foi encontrada. Num documento com aquela amplitude, o documento base de gestão de um município num ano económico e de opções políticas, tinha que haver efetivamente exame comuns, mas também tinha que ser um documento que revertesse o peso político de cada um dos partidos políticos representados num órgão executivo, independentemente da autonomia política que cada um deve ter num órgão deliberativo e que deve reflectir certamente naquilo que são as opções políticas do órgão executivo. ----

----- Quanto às questões levantadas sobre os impostos disse, e o Vereador José Polido tinha colocado ali o enfoque da questão do IMI, que há uma série de anos, e apesar dos constrangimentos, o município de Sesimbra tinha entendido não aumentar o IMI. Aliás, a Assembleia Municipal entendeu, ou a maioria, apoiar o município de não aumentar o IMI. Aliás baixou, porque o município de Sesimbra entendeu reduzir, porque isso era um benefício para os habitantes de primeira habitação, o IMI familiar em 2015. E

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

este ano fez o mesmo. Mas isto também se contrapunha com o peso que o município tem naquilo que são as receitas do estado. E a Lei de Finanças Locais não é cumprida desde que foi aprovada, em 2013. E a de 2007 foi cumprida um ano. Desde 2007 que são retirados aos municípios valores que são fundamentais e que eventualmente podiam equilibrar a contenda. O Fundo Social Municipal, que tem como objetivos o pagamento das despesas correntes dos municípios, as remunerações dos assistentes operacionais do 1º. Ciclo, se os tiverem, as refeições, os transportes e o prolongamento de horários, para o município de Sesimbra é de 770 mil euros. E das contas rápidas que ali tinha feito, nem tinha contabilizado o pessoal operacional, só de refeições e transportes escolares ultrapassava um milhão de euros. Portanto, são estas as dificuldades reais. -----

----- Todos ali sabiam que estavam num período pré-eleitoral, e todos iriam acenar as suas bandeiras, tinham que ser francos, ele também acenava a sua. E o município de Sesimbra naquele dia podia-se orgulhar, naquele que era o seu último exercício deste ciclo eleitoral, de ter feito duas coisas. Primeiro, uma gestão cuidada, rigorosa, no que diz respeito à consolidação em baixa da dívida. Segundo, ter procurado de forma sustentada, equilibrada, de inscrever no próximo ano um conjunto de iniciativas, tendo em conta a gestão que estava a fazer, de consolidação do reforço na limpeza, a aquisição de equipamentos, em particular também daquilo que são os acordos de execução com as juntas de freguesia, mas também com procedimentos concursais para poder ter trabalhadores operacionais para esta área, com o reforço na área das pavimentações e também naquilo que são os equipamentos. -----

----- Não se esquecessem que em 2017, com todos os cuidados, cautelas, e eventualmente ponderação que tinha que existir em função daquilo que era aquele edificado e do que representa para o concelho, dariam início à requalificação do Cabo Espichel, que só foi possível porque ao fim de todos estes anos o município conseguiu negociar para o ter. E portanto o conjunto de investimentos que estavam previstos iam extravasar o presente ciclo eleitoral, passaria para o próximo executivo municipal mas orgulhavam-se de ter sido feito um trabalho sério, isso não podiam pôr em causa. -----

----- Terminou dizendo o seguinte: Tinham falado ali naquele dia de muito pessimismo no futuro, ele não queria ter pessimismo porque a nova política nacional, apesar de não ser aquela que ele gostaria que fosse, era aquela em que ele queria acreditar. -----

----- **O Deputado Nuno Nabais** disse que saudava os 40 anos do Poder Local, feitos no presente mês, e ia começar por aí, porque aquilo que estavam ali a conversar passava exactamente por valorizar os 40 anos das primeiras eleições para o poder local. E o poder local com todas as curvas e contracurvas ao longo destes 40 anos tem hoje uma dimensão inestimável na democracia do nosso país. E a prova disso

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

era verdadeiramente a vida, o papel e a dimensão das autarquias. E era precisamente essa dimensão que presentemente as autarquias têm, a complexidade, o papel que é atribuído às autarquias, que gostaria de deixar ali para ser reflectido. Quando ali deviam estar a ver melhor os horizontes, os fins, da ação da política autárquica, ou seja, a aposta nesta ou naquela infra-estrutura, a aposta nesta ou naquela política urbanística, a aposta nesta ou naquela opção social, na sua opinião o debate tinha acabado por ser mais pobre do que devia ser. O debate acabou por estar em torno dos meios, dos recursos, dos recursos humanos. Tinham que ter em conta que as autarquias, o poder local, têm presentemente responsabilidades enormes, e viam as mais diversas coisas. Desde o abastecimento de água, o apoio a uma iniciativa local, a defesa do património cultural, a defesa do património natural, os serviços prestados em termos de apoio social, as requalificações das escolas, etc., etc.,. -----

----- Referiu que hoje as Câmaras Municipais têm uma dimensão, e têm que ter efetivamente essa dimensão, por todo o percurso que eles sabiam, em termos da suposta descentralização que ainda não estava verdadeiramente feita, mas que devia ser feita, como o nosso Sr. Primeiro-ministro no sábado passado tinha afirmado. Mas era impossível olhar para as autarquias, para a nossa autarquia, para o nosso, e pensar que provavelmente de boa-fé tinham que olhar para a necessidade de recursos humanos, de recursos humanos cada vez mais qualificados, mais preparados para satisfazer as necessidades que existem, para prestar um serviço cada vez mais eficaz. E nesse aspeto o debate podia ter ido para essa análise quantitativa, ou qualitativa, daquilo que foi 2016, aquilo que se projecta para 2017 com o presente executivo. Não foi bem essa a opção, mas pensava que se todos reflectissem um bocadinho, pusessem a mão na consciência e olhassem para os resultados, tinham que reconhecer que muito se desenvolveu, muito se fez, e pensava que o mais importante era tentarem ver, na estória do copo meio cheio, ou copo meio vazio, o copo mais cheio possível em prol da nossa população, em prol da nossa comunidade. -----

----- **A Presidente da Assembleia** informou o ponto de situação dos tempos de intervenção de cada bancada. Depois deu a palavra à **Vice-presidente da Câmara Municipal**.-----

----- Esta começou por referir que depois de assistir com alguma perplexidade ao debate, perplexidade que depois se foi esbatendo pois, como referiu o Sr. Deputado Francisco Jesus, o que estavam ali a assistir era a um debate pré-eleitoral. Não estavam a discutir em rigor ao orçamento, não estavam a discutir com rigor as opções, até porque se discutissem chegariam todos à conclusão que este executivo conseguiu fazer a quadratura do círculo. Ou seja, conseguiu fazer obra, contribuir para o desenvolvimento do concelho em várias frentes, obra essa que ao longo do tempo em que foi planeada e

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

em que foi realizada sofreu muitas críticas, que era uma visão megalómana, que queriam dar o passo maior que a perna, e que não teria sucesso. O que era facto, era que a obra estava feita no terreno, tinham-na feito baixando a despesa, e tinham baixado de uma forma muito significativa numa situação que não era conjuntural, mas que era tendencial. Nos últimos três anos a despesa tem vindo a baixar e o nível de endividamento da Câmara tem vindo a ser reduzido, e também sem aumentar impostos. E portanto, na sua perspetiva, tendo a Câmara Municipal conseguido fazer aquilo que era quase impossível, achava que na presente sessão não havia muito a discutir. E portanto discutiu-se aquilo que não sendo periférico, porque era importante, que era habitual quando discutiram ali em anos anteriores as grandes opções do plano e o orçamento municipal.-----

----- Tinham sido ali colocadas algumas questões, mas ela sabia antecipadamente que todos os esclarecimentos que fossem dados não iam mudar a intenção de voto, porque não era uma questão de ficar mais esclarecido, de querer entender o que é que estavam a discutir para perceber se valia a pena votar ou não favoravelmente, as decisões estavam tomadas. E estavam tomadas não pelos motivos que deveriam ser os razoáveis e que deviam de alguma forma imperar no exercício político de todos os eleitos, que era apreciar de uma forma isenta, obviamente que a isenção acabava quando não estavam ideologicamente comprometido. Mas mesmo quando estavam ideologicamente comprometidos devia-se ter a capacidade, o rigor, a isenção e a honestidade, para poder apreciar e votar aqueles documentos, sobretudo quando os documentos que ali apresentados até respondiam, na maioria dos casos e na maioria das matérias, a questões que os Srs. Deputados da Assembleia há anos têm vindo a colocar. Ou seja, um conjunto de recomendações à Câmara que esta tentou com sucesso cumprir, e mesmo assim iam votar contra. -----

----- Depois disse que na verdade era grave o que tinha sido ali afirmado, de que havia opções em termos de mobilidade, ou em termos de progressão na carreira, em relação aos favorecimentos fossem eles de máquinas partidárias ou outras, e não tinha percebido exatamente a quem se estavam a referir. Porque um caso muito concreto de uma pessoa cuja mobilidade foi promovida pela Câmara Municipal, era um eventual candidato, do Partido Socialista, à Câmara Municipal. Portanto se a questão era que se fosse do Partido Socialista não progredia, tinham alguns exemplos que desmentiam concretamente o que tinha sido indicado. E só estava a referir isto, porque tinha sido os deputados da bancada do Partido Socialista que tinham trazido à coacção estas referências, porque senão não iria dar este exemplo. Portanto, tinha sido sempre pelo mérito, pela necessidade do trabalho dessa pessoa em relação às necessidades da Câmara e também pela antiguidade em termos da licenciatura e também na antiguidade

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

na função de técnico na carreira pela qual a pessoa se propunha à mobilidade que estava a exercer. E, obviamente, tudo isto dentro de uma moldura que imperava colocar, a moldura orçamental. Ou seja, não podiam este ano, porque tinham 26 pedidos de mobilidade inter-carreiras, passar todas estas pessoas para a carreira superior, fosse para assistente técnico, ou para técnico superior, porque obviamente o orçamento ia ter um disparo bastante significativo. E tinham tentado perceber dentro das possibilidades orçamentais quais os técnicos que tinham as condições dentro dos parâmetros definidos pela autarquia.

----- Em primeiro lugar, se o técnico, ou o funcionário, estava a exercer as funções para as quais se propunha à mobilidade. Em segundo lugar, há quanto tempo estava nessas funções. Em terceiro lugar, quais os trabalhos que eram mais prioritários para a autarquia nesse determinado momento. E tinham chegado à conclusão, que o mais importante para a autarquia era avançar primeiro para as áreas técnicas que estavam muito necessitados no próximo ano, designadamente a área das candidaturas, porque tinham que desenvolver muitas candidaturas, tinham uma frente de candidaturas enorme. E portanto tudo o que fosse nas áreas técnicas ligadas à necessidade de trabalho que iam ter no próximo ano, tinha sido uma das prioridades. A outra prioridade tinha sido saber há quanto tempo essa pessoa tinha a licenciatura. Com base nisso tinham definido o número de pessoas, e tinham definido 10, para em 2017 proverem a sua mobilidade. Certamente que em 2018, quer as condições financeiras da autarquia, quer as necessidades em termos funcionais, ditariam a continuação desta política, ou de outra, se entrarem mais 10, se entrarem mais 15. De qualquer forma este ano tinha havido critérios, e que inclusive já tinham sido divulgados. Portanto pensava que era tão perceptível e tão claro, que era quase escandaloso e ofensivo virem com insinuações, que na sua perspetiva eram torpes, de dizer que determinada pessoa foi, ou não foi, para a mobilidade, porque pertence a um partido, ou a um segmento da sociedade, que não era bem visto pelo atual executivo.-----

----- Disse ainda, que no mapa de pessoal estava prevista uma verba, para que todas as pessoas que tiveram imobilidade nos anos anteriores possam consolidar a sua mobilidade no próximo ano. Ou seja, estava prevista uma verba para que a Câmara Municipal pudesse abrir os procedimentos concursais para consolidar a mobilidade de todos os que estavam presentemente numa mobilidade precária, independente de serem candidatos de uma outra força política à Câmara. -----

----- Quanto a dizerem que a Câmara ia apostar no alcatrão, porque era o alcatrão que enchia o olho, disse que a pessoa que partilhava desta opinião achava que os eleitores eram todos burros. Ninguém votava no executivo que está na Câmara só porque no último ano vê passar na sua rua um tapete de alcatrão. Pensar que há munícipes que numa freguesia votam só porque a sua rua é tapetada, ou porque

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

o buraco é tapado, aquilo que legitimamente os munícipes têm direito que se faça, aliás, um plano de pavimentação que estava divulgado no seguimento do trabalho que tinha sido desenvolvido, era no mínimo na sua opinião um insulto à capacidade e ao discernimento das pessoas que votam. -----

----- Em relação à redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) disse que o deputado Francisco Jesus já tinha respondido. Na verdade não tinham reduzido pelos motivos evocados, tinham reduzido pela aplicação do IMI Familiar, e portanto achava que esse sim fazia a diferenciação positiva que gostariam de poder fazer também no outro IMI e que não podiam. E portanto dessa forma, apesar de não ser isto exatamente o que queriam propor, porque não eram apenas estas pessoas que têm dependentes que precisariam de ser desoneradas, achava que era uma forma positiva de diferenciar aquilo que é a segunda habitação daquilo que são os residentes, e das receitas que Câmara tem obrigatoriamente de garantir para fazer cumprir as necessidades, o alcatrão, as escolas, os equipamentos, o abastecimento de água, o saneamento, a limpeza das praias, etc., etc. -----

----- Referiu que durante muitos anos nas reuniões da assembleia, tinham ouvido dizer que a limpeza de Sesimbra era má, numa Câmara que se quer aberta para o Turismo, numa Câmara que quer afirmar o concelho em termos turísticos. E tinham tido a oportunidade de explicar que os trabalhadores fizeram horários sobrepostos, trabalharam muitas vezes 2 semanas sem folgas, porque era necessário dar uma resposta ao enorme aumento de população, que não era possível fazer mais por falta de recursos. E a falta de recursos resultavam, para além dos reformados, de políticas nacionais que foram tomadas, que obrigou muita gente a sair e a procurar emprego no estrangeiro, porque os 500 euros que ganhavam não dava para viver, e também do impedimento da contratação de pessoal. Quando terminou finalmente esse condicionante, que impedia a Câmara de ter mais meios para cumprir melhor as suas obrigações e aquilo que os Srs Deputados na assembleia lhes exigiam, e quando iam avançar com a contratação dos 48 trabalhadores, que não chegam sequer a repor o número de trabalhadores que a Câmara tinha há uns anos atrás e que saíram, os Srs Deputados da Assembleia diziam que não era sustentável, que era eleitoralista, que iam colocar 48 pessoas no último ano deste ciclo, porque até dava jeito, porque era uma forma de garantir 48 votos. E como todos sabiam a verdade não era essa. -----

----- Aquilo que a Câmara estava a fazer, era tentar repor em termos operacionais lacunas que existiam e que os deputavam muitas vezes lhes apontavam. Porque a alternativa que a Câmara tinha à contratação dos 48 trabalhadores, era fazer prestações de serviço. E sempre tinham achado, que não deviam avançar para as prestações de serviço. Em primeiro lugar, porque ficava mais caro, havia um intermediário, que era uma empresa, que ia ganhar dinheiro, e depois porque isso configura trabalho

Ata nº34 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

precário para as pessoas. E portanto tinham achado sempre que o melhor resultado era contratar trabalhadores, e esses trabalhadores, operacionais, terem condições para exercer aquilo que o concelho necessita, trabalho operacional. E os técnicos superiores, porque efetivamente não eram só trabalhadores, eram todos em áreas técnicas, na área de engenharia e na área de arquitetura que a Câmara precisava presentemente para desenvolver todos os projetos que tem ao nível das candidaturas Portugal 2020. Não havia nenhum técnico superior que não fosse para áreas fulcrais e necessárias. E estavam previstos aqueles técnicos superiores, porque no mapa de pessoal atual não havia ninguém a quem se pudesse pedir, mesmo com mobilidade, que exercesse esse trabalho. Portanto, no grosso, eram assistentes operacionais para desenvolverem o trabalho que os deputados da assembleia, tão bem, tão assertivamente, tão oportunamente e tão legitimamente, lhes tinham apontado como deficitário. -----

----- Referiu que era incrível que rejeitassem o presente orçamento pelo motivo da Câmara não levar Sesimbra para o exterior, que não se vende Sesimbra, que tinha poucas representações internacionais. Ela achava que se podia apostar mais na divulgação de Sesimbra, podiam gastar mais dinheiro do orçamento a impor Sesimbra lá fora, a vender Sesimbra, mas de qualquer forma os números apontavam que Sesimbra era o concelho, da Área Metropolitana de Lisboa, que mais tem vindo a crescer. Portanto, mesmo com esse dito pouco esforço que a Câmara Municipal tem vindo a fazer, Sesimbra tem crescido, e essa tendência não era conjuntural, era uma tendência que se tem vindo a manifestar já há três anos e que se tem vindo a acentuar, e que acreditava se iria consolidar nos próximos anos. Acreditava também, que teriam que ir buscar verbas para isso, não era fácil estar numa representação, apesar de em muitas feiras, onde iriam estar em 2017, não estavam ali com verba tão afectas como gostaria o Sr. Deputado Lobo da Silva, porque muitas delas são integradas nos pavilhões e nas representações da Região de Turismo, onde Sesimbra faz parte.-----

----- Depois disse que uma das recomendações, ou uma das proposta, que o Deputado Lobo da Silva referiu e que não foi vertida nas Grandes Opções do Plano, tinha sido a isenção da derrama. Naquele momento toda a atividade económica que tinham tido, e só quem não conhece Sesimbra, ou não quis olhar, é que não viu como os Hotéis estiveram cheios, como os restaurantes estiveram cheios, com filas à porta, mas o deputado podia acreditar, que esse crescimento económico que o tecido empresarial do concelho, ligado ao sector turístico, sofreu, não se ia refletir na derrama do próximo ano. Ou seja, aquilo que era o esforço que era pedido à autarquia, em termos de praias, de melhor e mais assíduas retiradas de lixo, de mais circuitos de lixo, que advinha de terem um fluxo de turistas maior, que era um esforço maior, não em termos de recursos humanos, mas em termos financeiros, na receita da derrama não se ia

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

refletir. Quase que tinha a certeza que os níveis de derrama que iam ter no próximo ano iam ser idênticos ao do ano anterior. E portanto, todos os motivos que ali tinham sido ditos pelas diversas bancadas, uns que iam votar contra, outros que se iam abster, na sua perspetiva, não fazia qualquer sentido, sobretudo quando o trabalho que tinha sido desenvolvido estava à vista. -----

----- Quanto à questão da diminuição do investimento na cultura, disse que a redução que a Deputada Paula Gato tinha indicado tinha a ver com um investimento muito concreto que tinha sido feito no ano anterior, que tinha sido o Museu do Mar, que afectou uma verba bastante significativa, que estava feito, e já não havia despesa a afecta, daí a redução da verba. A atividade cultural, aquilo que é a atividade rotineira, seja a nível do Cineteatro, seja ao nível dos apoios ao movimento associativo, não teve qualquer redução, aliás, teve até incremento. -----

----- Relativamente aos polos universitários disse que gostaria muito de os ter, mas não os tinham por causa da inércia do Estado e das entidades do Estado. E um dos espaços que a Câmara tinha pensado que poderia servir de acolhimento para um polo universitário, tinha sido a Forpescas, a qual depende de dois Ministérios, o Ministério da Segurança Social e o Ministério das Pescas. Tinham já mudado dois Governos, ela tinha reunido com os dois, e tinha colocado a questão. Que tinham um equipamento que custou dinheiro ao Estado, que estava praticamente sem utilização, que podiam arranjar uma estratégia com o apoio da Câmara, com a injeção até de recursos financeiros da autarquia, para que aquele espaço pudesse ser, por exemplo, um polo universitário, para fazer investigação, para fazer recolha, para fazer mestrados, mas o que era facto é que a Forpescas estava lá ainda. Os Srs. Secretários de Estado acharam a ideia muito interessante, chegaram a visitá-la, mas a verdade é que depois as coisas não andavam. ----

----- Depois tinham tentado junto das universidades de haver essa possibilidade, comprometendo-se a Câmara até de dar um terreno. Aliás, o primeiro projeto que houve para a Escola de Santana, antes do nicho para a instalação de empresas, tinha esse objetivo. Ela tinha ido até à Universidade de Ciências e Tecnologia, propor exatamente isso. Porque eles têm um nicho de empresas de estudantes universitários, que acabam o curso e ficam lá, por exemplo, o "Science For You" começou por ficar lá instalada, antes de ter a dimensão empresarial que hoje tem. Mas também as Universidade não se mostraram interessadas. Portanto a Câmara podia oferecer os espaços, oferecer garantias, oferecer até benefícios, mas dependia também das universidades. Eventualmente o espaço da Escola de Santana não era tão apetecível como o espaço da Forpescas, mas aqui tinham tido a inépcia e a inoperância e até algum autismo da parte do Estado para com estas matérias. A mesma inoperância e o mesmo autismo que fez com que a Câmara andasse quase 10 anos atrás de sucessivos Governos, para conseguir avançar para a aquisição do Cabo

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Espichel, e que graças ao atual Governo parece que finalmente iam conseguir. Portanto da parte da Câmara Municipal estas coisas seriam muito mais agilizadas se não dependessem de outros organismos.

----- Por fim disse, que aquilo que o presente Orçamento e as Grandes Opções do Plano lhes mostravam, não merecia da parte dos deputados o voto contra ou a abstenção, embora percebesse porquê. Os deputados iam votar contra ou abster-se porque estavam em pré-campanha eleitoral.

----- Usou da palavra o **Vereador José Polido** que começou por referir que por mais argumentos que pudessem ter, a decisão de quem vota a favor, quem vota contra. Quem se abstém, já estava tomada. E portanto, contra isso não podiam fazer nada. -----

----- No entanto gostaria de tecer dois ou três comentários, nomeadamente, que quer o MSU, quer o PS, iam votar contra o orçamento exatamente para reforçar as questões com o pessoal. E por acaso tinha tido o cuidado de ir buscar duas ou três notas.-----

----- A CDU perdeu para o PS a autarquia de Sesimbra em 1997, nesse mesmo ano entraram 156 pessoas. Entre 1997 e 2005, que foi quando a CDU retomou novamente os destinos da autarquia, dados dos recursos humanos da câmara, entraram 377 pessoas. De 2005 para 2016, o ano em curso, entraram 69 pessoas, com duas particularidades. Entre 2011 e 2015, saíram 156 pessoas dos quadros da autarquia de Sesimbra. No entanto os censos de 2001 diziam que o concelho de Sesimbra tinha 37 mil habitantes. E em 2011 tinha 50 mil habitantes. E com delegações de competências para a Câmara que na altura não existiam. Em 2017 a autarquia iria fazer o recrutamento para 48 pessoas, mas como são para serviços deferentes não iam entrar todas ao mesmo tempo. -----

----- Realçou que tinha-se colocado ali em causa a independência do júri da Câmara Municipal de Sesimbra, no qual não havia nenhum elemento do executivo que fizesse parte. E quando se dava a entender que havia compadrios no recrutamento ou na selecção das pessoas, ele não podia admitir isso. Podia até dizer que presentemente há uma pessoa na autarquia que tem quase a faca e o queijo na mão, que é a psicóloga. Presentemente como a selecção é feita, a pessoa até pode ter 20 nos testes físicos, 20 na prova dos conhecimentos, mas chumba na parte dos psicotécnicos, não há nada a fazer, chumbou. E em tempos transactos isto não acontecia.-----

----- Depois disse, quanto ao recrutamento das 48 pessoas, que se calhar os deputados não tinham visto bem, mas ele ia explicar. Eram 4 pessoas para o Departamento Administrativo Financeiro (DAF), um leitor, dois técnicos, um para a Quinta do Conde e outro para a ex-DSSU, que foram incorporadas no DAF. 13 operacionais para a Divisão de Obras Municipais (DOM). Para a DAU 7; Para a DASS 3; Para a DGPU 3; Para DCB 3, que é a Biblioteca, para dar resposta à procura que existe na área da cultura,

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

nomeadamente o Museu do Mar; 1 assistente técnico para o DGRH; 1 para o Gabinete Médico Veterinário, falava-se muito na questão dos animais, no canil municipal, mas eram precisas pessoas para trabalhar, e tinham lá zero pessoas afetas, tinham agora um protocolo com a Bianca para colocar uma pessoa; 1 pessoa para a Juventude; para o Gabinete da Qualidade 3 pessoas, porque este gabinete tem a ver com o reforço que a Câmara tinha que fazer para um novo projeto para o Balcão Único de Serviços; 2 pessoa para reforço no Mercado de Sesimbra e no Mercado da Quinta do Conde; 2 sazonais no verão, para reforço na DOM; e 5 sazonais para o Parque de Campismo Forte do Cavallo. -----

----- Relativamente à mobilidade disse que a autarquia de Sesimbra promove a mobilidade dos seus trabalhadores, mas existem muitas autarquias no país que não o fazem, com executivos dos partidos a que pertenciam os deputados que na presente sessão estavam a defender a mobilidade. -----

----- Relativamente ao baixar os impostos e a dar um certo sinal, disse que tinha tirado do Diário do Distrito o seguinte: Montijo, taxa do IMI: 0,45. Sesimbra tem a taxa do IMI de 0,4, e ainda o peso da segunda habitação. Mais, tinha ido buscar o anuário financeiro dos municípios, onde dizia que estavam em 8º lugar dos municípios que menos recebem do Estado, que são 170 mil euros. Mas toda a gente dizia que Sesimbra tem uma carga fiscal brutal. Foi depois à página seguinte, onde diz “municípios que apresentam maior peso de receitas provenientes de impostos e taxas, na receita total cobrada” logo à cabeça, Cascais, e à frente de Sesimbra, Montijo, o único município que o PS tem na península de Setúbal. -----

----- Por fim o Vereador disse, que gostaria que lhe dissessem quais os funcionários que são discriminados e que sofrem de assédio moral na autarquia de Sesimbra.-----

----- Seguidamente a **Presidente da AM** indicou que tinham solicitado a palavra três deputados, portanto cedia-lhes a palavra. No entanto solicitava que fossem sucintos para que a seguir passassem à votação dos presentes documentos. -----

----- O **Deputado Manuel José Pereira** citou que dois membros da bancada da CDU referiram-se a falta de serenidade e bem. No entanto ele não tinha constatado da parte do Partido Socialista nenhuma falta de serenidade, ao passo que há pouco na intervenção da Sr.ª Vice-presidente tinha notado. Portanto essa afirmação não os tinha atingido. -----

----- Relativamente à questão do assédio referiu que não tinha sido dito por eles, estava num documento da Comissão Sindical afixado na Fonte de Sesimbra, uma entidade perfeitamente insuspeita em relação a isso. A sua bancada apenas tinha feito eco porque lhes parecia grave, e que em termos de vivência no trabalho devia ser atacada rapidamente.-----



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Em relação à questão das pessoas, obviamente que não estava em causa quem eram as pessoas, mas valia a pena recordar, aliás, a Sr.<sup>a</sup> Vice-presidente tinha voltado a dizer, que os que não fossem em 2017, provavelmente seria revisto em 2018, que as situações a que se tinham referido tinham sido faladas em 2016. Eram situações conhecidas dos maiores responsáveis municipais. E tinha sido dito que em 2016 não podiam ser resolvidas mas que em 2017 seriam. Portanto eram estas situações que os indignava e os fazia trazê-las a sítios públicos. -----

----- Depois citou que a questão do número das pessoas, que o Vereador José Polido tinha referido, que naquele momento não tinha forma de contraditar, quando o Partido Socialista chegou à Câmara, em 1997, não era comparável. Porque o Partido Socialista fez um projeto de reestruturação dos serviços entretanto, redimensionou uma série de serviços. O Partido Socialista sempre que havia propostas para entrada de pessoal, eram questionados claramente pela bancada da CDU em relação a isso, aquilo que o Vereador há pouco tinha feito, o Partido Socialista fazia-o em acto contínuo para justificar as pessoas, que era a construção de novos equipamentos, a compra disto ou daquilo, a aquisição de viaturas, tudo isso era normal. Aquilo que questionavam era, haveria capacidade, num ano, da máquina absorver e enquadrar aquele número. E era nesse aspecto que se questionava. Não estavam a pensar que iam contratar 48 pessoas para votar na CDU, obviamente, isso era um disparate e ninguém tinha dito isso.---

----- Em relação ao alcatrão disse que tinham assistido a uma série de pavimentações ao longo destes anos, consequência das obras de saneamento e não só, e viam o estado em que estavam grande parte desses tapetes que foram feitos há pouco tempo. Portanto, a espessura também conta para o preço, e estavam presentemente se calhar a voltar a ter que repavimentar essas vias. E portanto isso também era gestão e também tinha a ver com a crítica que a bancada do Partido Socialista fazia, não pensassem que estavam a criticar só por criticar e porque queriam votar contra. -----

----- Em relação à cultura disse que compreendia perfeitamente, as GOP's incluem os investimentos e as despesas correntes, se efetivamente se faz num ano determinado equipamento, não havia no ano seguinte capacidade para fazer outro com a mesma dimensão, mas as despesas correntes da cultura, para o orçamento de 2017 descem 30 mil euros, cerca de 7,5%, não tinha sido dita mentira nenhuma. Quando tinham referido a descida na cultura de 31%, referiam-se a menos dinheiro para atividade corrente, para gastos correntes, para poderem fazer iniciativas. E de facto havia essa descida. Portanto, não sentissem que com o que estava a dizer, estava a querer justificar-se em relação a determinado tipo de acusações. Estava apenas a querer afirmar, que algumas das críticas que fizeram em função daquilo

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

que tinham ouvido a sua bancada dizer, não eram justas e tinha sentido isso, e tinha sentido necessidade de fazer esta intervenção.-----

----- **A Deputada Paula Gato** indicou que ia ler um excerto de um jornal afixado na Fonte de Sesimbra: *“A Comissão Sindical denunciou as pressões exercidas pela chefia desse serviço, segundo as queixas que me chegaram através dos plenários efetuados. Estas denunciam casos relativamente, a pressões, ameaças e humilhações exercidas”*.-----

----- O executivo garantiu depois, que irá ficar atento a estes focos de descontentamento à postura e pressões de forma abusiva exercidas.-----

----- Portanto, daquilo que ela sabia sobre saúde ocupacional e assédio moral, pressões, ameaças e humilhações, eram assédio moral.-----

----- O **Deputado Lobo da Silva** sugeriu à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia Municipal, tendo em consideração a intervenção da Deputada Paula Gato, para convidar a Comissão Sindical a estar presente numa próxima reunião da Comissão de Líderes, para ficarem a saber da veracidade dos factos ali referidos, não que pusesse em causa o que tinha sido dito, mas pensava que tinham toda a legitimidade de saber aquilo que se estava a passar. Achava que tinham toda a legitimidade, porque a Assembleia Municipal é o órgão fiscalizador, e o órgão fiscalizador é para todos os aspetos.-----

----- Depois disse à Sr.<sup>a</sup> Vice-presidente que ela sabia bem, que há muitos anos que ele era defensor da “venda” de Sesimbra além-fronteiras. E na última assembleia tinha tido o cuidado de mostrar à Sr.<sup>a</sup> Vice-presidente, e com grande gosto para a bancada do PSD, que este verão Sesimbra tinha sido “invadida” por espanhóis, por franceses, por alemães, portanto sinal de algo que a autarquia tem feito, e bem, para que pudessem dar a conhecer Sesimbra além-fronteiras. E já tinha dito à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia, que uma das feiras onde deviam estar englobados era em Madrid. Certamente que era rentável irem a Madrid e exporem lá aquilo que há de melhor no concelho de Sesimbra.-----

----- E gostaria de dizer, a “talhe de foice”, que o PSD no dia 05 de novembro tinha feito uma convenção distrital em Sesimbra. Tinha sido proposto pela direcção do partido a nível do distrito, que se arranjassem uma empresa para dar um lanche a quem iria estar presente na convenção. E eles, PSD de Sesimbra, tinham dito que não vinha nenhuma empresa, que a comissão política iam assumir a realização do lanche, e que só iriam ser servidos produtos do concelho de Sesimbra. Podia afirmar que o lanche foi um sucesso e que ainda hoje lhe perguntavam quando é que teriam outro lanche assim.-----

----- Quanto à proposta que se tinha referido, tinha sido apresentada pela bancada do PSD em 2013, portanto há 3 anos, quando o PSD era Governo, neste momento o PSD já não era governo. E portanto

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

não tinham dito para acabar com a derrama, tinham dito quando as empresas pudessem. E tendo em conta que este valor era insignificante, cerca de 150, 200, mil euros, mas que ajuda a Câmara, e também reconheciam isso, mas também diziam que o investimento que a Câmara faz a nível de infra-estruturas para dar melhores condições a quem nos visita, aos turistas, não era reflectido na derrama. Daí, o Vereador do PSD ter apresentado em reunião de Câmara a proposta de se criar uma taxa turística. Portanto, continuavam a defender que Sesimbra seja exposta em termos turísticos além-fronteiras. Tinham defendido no passado, defendiam no presente, e iriam defender sempre esta posição.-----

----- Relativamente ao Sr. Vereador José Polido ter falado em Cascais, disse que ele tinha abordado o tema no sentido depreciativo, mas tomara ele, mesmo com uma gestão CDU, que a Câmara de Sesimbra arrecadasse tanto como a Câmara de Cascais. Portanto não os afrontava as receitas, desde que elas fossem bem geridas. Portanto, pensava que o Vereador quando falasse em Cascais, devia ter orgulho nos seus colegas de vereação que têm feito um bom trabalho. -----

----- Terminadas as intervenções, a **Presidente da AM** colocou à votação o **ponto 1. “Grandes Opções do Plano (PPI e AMR’S) e Orçamento’2017 – Mapa de Pessoal”** -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar, por maioria, com 13 votos a favor da CDU, 8 votos contra (6 do PS e 2 do MSU) e 3 abstenções (2 do PSD/CDS-PP e 1 do BE), as Grandes Opções do Plano (PPI e AMR’S) e Orçamento’2017 – Mapa de Pessoal.-----

----- Seguidamente a **Presidente da AM** questionou se havia declarações de voto para apresentar.--

----- **O Grupo Municipal do PS** prestou a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 e Mapa de Pessoal** -----

----- *“Como questão prévia, importa desde logo referir que enquanto eleitos do Partido Socialista temos apresentado uma postura sempre construtiva, com contributos e posicionamento muito claro quanto às opções a fazer, a nosso ver apresentando aquelas que seriam as melhores soluções, designadamente uma maior sensibilidade no que respeita ao IRS em contraponto com o IMI, não perdendo de vista as empresas ao nível da Derrama, sempre no respeito pelo dinheiro dos contribuintes e a necessidade de um maior pragmatismo na realização da despesa.*-----

----- *Quanto às GOP e Orçamento 2017, entendemos que se concordamos com algumas das propostas apresentadas e opções, onde em termos técnicos nada há a opor, em termos políticos a apreciação que fazemos é bem diferente, diríamos mesmo muito diferente.*-----

----- *Desde logo e quanto ao procedimento, não podemos deixar de destacar a metodologia adotada para chegarmos aqui, embora saibamos que não é fácil organizar e sistematizar toda a informação;*

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*contudo e enquanto membros do executivo de pleno direito, os Vereadores do PS apenas foram chamados a intervir em 3 momentos distintos:-----*

*----- a) Envio de propostas dos pelouros atribuídos, da Toponímia e Saúde;-----*

*----- b) Verificação da integração das propostas nas GOP e Orçamento 2017;-----*

*----- c) Votação das GOP e Orçamento 2017. -----*

*----- Pelo supra exposto, não houve propriamente um diálogo evolutivo, mas um quase monólogo de sentido único, contrariamente ao que sucede em outros contextos políticos e com outros interlocutores, onde se verifica a abertura para introdução de outras soluções e ou medidas. -----*

*----- Os principais pontos de divergência acentuam-se em áreas cruciais, designadamente:-----*

*----- 1. A política fiscal apresentada pela CDU e plasmada no presente orçamento, pois não reflete os princípios defendidos pelos eleitos do PS e descritos nas respetivas Declarações de Voto sobre os impostos municipais, subscritas pelos Vereadores e pelos eleitos na AM do Partido Socialista, pois face à atual situação financeira do município e espelhada no cumprimento do PAEL (Relatório Relativo ao 2º Trimestre 2016 - Julho 2016), impunha-se ir num outro sentido, como aliás a CDU exige ou defende fervorosamente noutros contextos, designadamente na Assembleia da República, onde preconiza a necessidade de desagrarar ou aliviar a carga fiscal, com a reposição de rendimentos, a redução dos impostos sobre as famílias, mas que em Sesimbra nada devolve aos seus munícipes. -----*

*----- 2. As GOP não são as do PS, mas o documento da maioria CDU, não tendo sido os vereadores do PS convidados a fazê-lo, para além daquilo que são as suas competências no âmbito dos seus pelouros, antes surgem como proposta cristalizada e consolidada, não permitindo qualquer margem de manobra. -----*

*----- Por outro lado, não deixamos de registar que algumas das obras previstas para 2017 pecam por tardias, as quais já constavam de GOP e Orçamentos anteriores, coincidindo com as propostas apresentadas pelo PS, designadamente o Parque Urbano no Castelo (Maçã), as vias pedonais ou a intervenção em diversos arruamentos, por exemplo na Avenida dos Combatentes, em Sesimbra, de entre muitas outras. -----*

*----- 3. Várias propostas dos pelouros da Toponímia e da Saúde não foram consideradas. Na área da saúde, caem duas ações, designadamente uma dinâmica de grupo destinada à população em geral em época estival e outra no âmbito da teleassistência; por outro lado, as restantes ações poderão ficar inviabilizadas face à dotação inferior que lhes foi afeta. -----*

*----- No pelouro da toponímia, não foi considerada a necessidade de reforço dos recursos humanos face ao volume de trabalho atual. -----*

Ata nº34 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- 4. *Desconhecimento total da política de gestão de recursos humanos, ao nível da estratégia do município no âmbito de novas contratações, prestações de serviços e avenças, mobilidades intercarreiras, entre outras situações.*-----

----- *Neste capítulo da gestão dos recursos humanos, há efetivamente a necessidade de construir um critério de aferição para validar a mobilidade dos funcionários, importando que exista igualdade na avaliação a fazer e critérios de desempate.*-----

----- *Os critérios a adotar devem preferir, em especial, a competência, a necessidade dos serviços, o tempo de serviço, o empenhamento, devem ainda ser totalmente transparentes, não devendo em caso algum a escolha ser determinada por razões de ordem política partidária.*-----

----- *Dito isto importa referir a nossa discordância clara quanto ao Mapa de Pessoal proposto e às medidas de gestão de pessoal adotadas.*-----

----- *Por outro lado constatamos ainda que as propostas dos pelouros atribuídos aos Vereadores do PS têm um impacto diminuto no quadro macro económico das opções finais em termos de GOP e Orçamento para 2017.*-----

----- *Em contextos anteriores e contrariamente ao atual, em particular nas GOP e Orçamentos anteriores, entendemos que fazia sentido apresentar várias propostas sobre outros pelouros e as demais áreas de intervenção municipal, as quais foram liminarmente rejeitadas por não serem consideradas prioritárias pela maioria do executivo CDU, contudo pelo seu mérito fizeram o seu caminho e surgem agora com outras “vestes”, protagonistas e designadas como prioritárias.*-----

----- *Importa também comentar o acento tónico dado ao investimento na reabilitação na rede de distribuição de água, matéria que nos é cara pelo cuidado a ter com este bem essencial, lembrando também que foi o PS que despoletou essa discussão desde as eleições autárquicas 2013 e até ao presente, designadamente a questão da redução das perdas e da necessidade de investimento nesta área tão sensível.*-----

----- *Num outro capítulo, verificamos que a proposta e crítica que fizemos em 2015 quanto às GOP e Orçamento para 2016 surge finalmente, ainda que tardiamente face às necessidades reais, com a menção a um novo edifício municipal, ainda que com uma verba muito reduzida de apenas € 20,000, que apenas permite efetuar os respetivos estudos.*-----

----- *Por outro lado, não basta ter pelouros importa também que existam condições para trabalhar, no caso a atribuição de tempos aos Vereadores do PS para concretizar aquilo que nos propomos desenvolver, não fazendo qualquer sentido que os mesmos tenham de compensar com horas de trabalho*

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*extraordinário ou marcar dias de férias para o fazer, como forma de responder aos pelouros que lhes foram atribuídos.*-----

*----- Diríamos por último que fomos eleitos e os tempos que deveriam ter sido atribuídos não seriam propriamente mais um subsídio como tantos outros, mas o correspondente pelo trabalho devido, considerando que os vários avisos que o PS tem vindo a efetuar não obtiveram resposta.*-----

*----- Afirmamos que mantemos intacta a nossa disponibilidade para continuar a contribuir com propostas no sentido de encontrar as melhores soluções para o desenvolvimento sustentável do concelho, interpelando quem de direito sobre a concretização de investimentos importantes e sensíveis, como tem vindo a suceder em várias ocasiões.*-----

*----- Face ao exposto, o **voto contra as propostas de Orçamento e GOP e de Mapa de Pessoal** dos eleitos do Partido Socialista, acompanhado da presente declaração de voto.”*-----

*----- O Grupo Municipal da CDU apresentou a seguinte **Declaração de Voto:***-----

*----- **Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Sesimbra para 2017***-----

*----- “Analisando a proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2017 que hoje foi submetida à votação, consideramos que a mesma assentou em 3 grandes desígnios que descrevemos:-*

*----- 1. Promover a racionalização dos recursos financeiros através de uma gestão rigorosa e responsável tendo em vista a sua otimização, o que significa fazer face aos diversos compromissos assumidos, captar fundos comunitários através das candidaturas apresentadas e a apresentar, concluir os investimentos que decorrem de anos anteriores e continuar a reduzir a dívida global da autarquia sem por isso aumentar os impostos municipais ou endividar o município. No que diz respeito à dívida global da autarquia, embora esta esteja atualmente mais baixa em cerca de 5 milhões de euros, face aquela que este executivo a recebeu em 2005, no seguimento da gravosa gestão do Partido Socialista, sabemos que é necessário continuar a diminuí-la com vista a consolidar ainda mais as contas do município e criar melhores condições financeiras para o próximo executivo municipal, bem melhores das herdadas. Neste sentido, a herança financeira deste executivo será a melhor base de trabalho para o próximo executivo, contrariamente aquela deixada pelo Partido Socialista, como já referido.*-----

*----- 2. Garantir o bom funcionamento da autarquia e aumentar a qualidade de serviço junto das populações, através de uma gestão também rigorosa, sustentável e responsável, com vista a alocar os recursos necessários para fomentar a modernização dos serviços e gestão autárquica, fazer face às despesas com pessoal, consumo de energia e combustíveis, manutenção e aquisição de equipamentos e*



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*viaturas, prestações sociais e subsídios para diversas entidades (movimento associativo) assim como a prestação de serviços pela Amarsul e Águas de Portugal. -----*

*----- 3. Melhorar e alargar as infra-estruturas das quais depende a qualidade de vida da população, promover a valorização da cultura e a qualidade do turismo, promover uma política sustentada de urbanismo, ordenamento e requalificação urbana e valorizar cada vez mais a relação com os munícipes. Promover a simplificação, flexibilidade e modernização dos procedimentos administrativos e aumentar o nível de satisfação da população relativamente à qualidade dos serviços prestados. Destacamos para o efeito um investimento de mais de 10 milhões de euros, distribuídos por obras na área da educação, com a requalificação do parque escolar nas freguesias da Quinta do Conde e do Castelo, o início da construção da EBJI da Quinta do Conde e o apoio no transporte escolar e programa de refeições escolares inclusive durante o período de férias escolares. Na área do saneamento, com investimento nas 3 freguesias do concelho com a reabilitação e construção de diversos equipamentos. Na continuação do programa de pavimentações e reabilitação da rede viária com a alocação de 2,3 milhões de euros nas freguesias da Quinta do Conde e do Castelo. Na continuação da implementação do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Turístico e no aprofundamento das campanhas realizadas em anos anteriores onde se inclui ainda a valorização e promoção das praias e a manutenção das bandeiras azuis atribuídas. Na cultura e na valorização do património natural e cultural. Na ação social através da dinamização de projetos de apoio à comunidade local e na consolidação de projetos existentes junto das famílias mais carenciadas. No desporto, juventude e tempos livres com o fomento da prática desportiva através do melhoramento de equipamentos e da promoção de diversas iniciativas onde destacamos as férias jovens, as atividades tradicionais, o apoio do desporto escolar e ao movimento associativo assim como as parcerias com grupos desportivos do concelho. Nas áreas do abastecimento da água, com diversas intervenções de reabilitação e manutenção e beneficiação de equipamentos, sem esquecer as áreas da proteção civil, toponímia, ambiente, saúde e desenvolvimento económico, também como uma aposta forte por parte do município. -----*

*----- Nesta sequência e tendo em consideração estes 3 grandes desígnios, o grupo municipal da CDU votou favoravelmente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano (GOP) para 2017. -----*

*----- O Orçamento e GOP para 2017 representam a continuação do que consideramos ser uma gestão rigorosa, responsável e pragmática dos dinheiros públicos com resultados e indicadores bastante positivos e que se tem traduzido na prática no desenvolvimento global do nosso concelho. Trata-se de uma proposta que mantém as principais orientações estratégicas, em linha com o modelo de desenvolvimento*

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*definido pelo executivo municipal que visa o desenvolvimento sustentável e por consequência o bem-estar da sua população. Mas, para garantir a execução do Orçamento e GOP, torna-se importante adequar a receita do município. Neste sentido, concordamos também com a estrutura e previsão da receita aduzida pelo executivo, que não aumenta os impostos municipais nem endivida o município, mas sim prevê a diminuição da dívida global e mesmo a diminuição da sua despesa corrente, garantindo uma maior consolidação das contas municipais que resultam num equilíbrio financeiro saudável. Salientamos que em termos de impostos municipais, foi o executivo CDU que os reduziu significativamente contrastando com a prática do Partido Socialista, como todos se recordarão. E foi também este executivo, que atravessando uma crise económica e financeira sem precedentes desde 2009 e aprofundada pelo governo PSD-CDS entre 2011 e 2015 com a implementação de gravosas medidas de austeridade, que conseguiu equilibrar as finanças municipais e baixar a sua dívida sem no entanto deixar de investir no desenvolvimento do concelho.*-----

*----- Mas este é um Orçamento que lamentavelmente reflete ainda muitas das medidas gravosas de austeridade impostas pelo anterior governo do PSD-CDS, que muito penalizaram o país e as pessoas e que se encontram ainda em vigor. O aumento do IVA é um exemplo destas penalizações, e como o temos denunciado por diversas vezes, só na eletricidade referente à iluminação pública este aumento representa uma subida de mais de 500 mil euros anuais, verba que poderia ser também aduzida ao investimento municipal. Por outro lado, as transferências do Estado para o município de Sesimbra continuam extremamente reduzidas não respeitando minimamente a lei das finanças locais, pelo que, os investimentos propostos pelo executivo municipal encontram-se cobertos por receitas próprias.*-----

*----- Por fim, e seguindo uma postura de diálogo e busca de consenso entre todos os partidos e forças políticas, na elaboração do Orçamento e GOP para 2017, o executivo municipal ouviu os vereadores da oposição e enquadrou no Orçamento as sugestões apresentadas. Foram também tomadas em consideração as sugestões apresentadas pelo Movimento Sesimbra Unida, sendo que o Bloco de Esquerda excluiu-se deste processo e nada apresentou.*-----

*----- Nesta sequência e verificada a votação do Orçamento e GOP para 2017, de forma ingénua, poderíamos dizer que não entendemos o sentido de voto, nem a argumentação que o suporta por quem não votou favoravelmente os documentos apresentados, mesmo tendo participado no seu enriquecimento.*-----

*----- Mas, como de ingénuos também nada temos, sabemos que para estes partidos e forças políticas, o que realmente importa é, mesmo concordando com a opções da Câmara e reconhecendo o bom*

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*trabalho deste executivo, demonstrar o contrário junto dos sesimbrenses, colocar em causa o trabalho desenvolvido tentando desesperadamente constituir-se como alternativa pois concordar publicamente com o trabalho do executivo da CDU seria a morte política destes mesmos partidos e forças políticas.---*

*----- E assim, nesta postura consubstanciada num discurso pouco sério e honesto, maldoso e mesmo demagógico, podemos afirmar que para estas forças políticas começou hoje a campanha eleitoral para as autárquicas de 2017 e o que aqui votaram esta noite não foi o Orçamento e GOP, mas sim uma estratégia eleitoral".-----*

*----- **O Grupo Municipal do PSD** prestou a seguinte **Declaração de Voto:**-----*

*----- "As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 são hoje alvo de discussão e votação na Assembleia Municipal de Sesimbra.-----*

*----- Dos objetivos elencados na nota introdutória às GOP realçamos, pela sua importância, os que se prendem com a simplificação e modernização dos procedimentos administrativos, numa lógica de incremento da qualidade dos serviços prestados ao munícipe e os relativos ao aumento do nível de competências dos trabalhadores do município, por via da requalificação profissional.-----*

*----- É um orçamento que continua condicionado pela adesão do município, no anterior mandato, ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), adesão essa que impôs e permitiu, ao longo do mandato, uma salutar descida do montante global da dívida do município aos agentes económicos nacionais e locais.------*

*----- Os investimentos em curso continuam a ser o resultado de candidaturas apresentadas e aprovadas em diversas áreas, como a Educação, Cultura, a Saúde e o Saneamento, cujos montantes captados não devem, a nosso ver, desperdiçados.-----*

*----- Comparando a dívida global atual com a existente aquando da aprovação do orçamento para 2013, nota-se uma quebra de 35 milhões de euros para menos de 21 milhões de euros. Tal como referimos na declaração de voto que produzimos em 2013, a adesão do município de Sesimbra ao PAEL impôs uma grande disciplina nas contas municipais nos anos subsequentes, e que impediu a degradação do valor da dívida de curto prazo para os montantes que chegou a atingir no passado já não tão recente.-----*

*----- A bancada do PSD, em coerência com o que tem defendido há mais de duas décadas, mantém o apelo de especial contenção da despesa em horas extraordinárias, seguros e fornecimento e aquisição de bens.-----*

*----- Nesse âmbito, há que realçar o aumento de 16% no trabalho extraordinário, e o aumento dos valores relativos aos seguros.-----*

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- *Relativamente à receita, referimos novamente que achamos que o valor da taxa do IMI poderia ter sido ligeiramente diminuída, compensando a eventual redução da receita com a criação de taxas nos domínios turístico e de proteção civil com mecanismos que impedissem a sua aplicação aos nossos municípios.* -----

----- *Em termos de opções, considera o PSD que existem montantes orçamentados que poderiam ser noutras áreas, realçando, neste aspeto, que deveriam ser reforçados o apoio ao projeto Sport Zimbra, as verbas com a promoção do turismo no município, nomeadamente em feiras na área do turismo e o lançamento da construção do cemitério para animais, entre outros projetos relevantes.* -----

----- *Assim, considerando as restrições orçamentais existentes, o clima económico nacional, o reequilíbrio que deveria haver nos montantes captados pelo município e o apoio ou reforço a projetos no âmbito da juventude e do turismo, decide a bancada do PSD abster-se na votação destes documentos”.*

----- **O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda prestou a Declaração de Voto seguinte:** -----

----- *“Em relação às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento para 2017, o meu voto foi de abstenção, por estes documentos não incluírem nenhuma alteração estratégica significativa que vá no sentido de assegurar resposta aos grandes desafios que o concelho de Sesimbra enfrenta neste momento” -*

----- Seguidamente a **Presidente da AM** deu início ao **2º Ponto “Procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes - Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos e Chefe de Divisão de obras Municipais e Logística - Designação de Júris”** -----

----- Como ninguém solicitou intervir, a Presidente da AM colocou de imediato à votação o ponto **2. “Procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes - Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos e Chefe de Divisão de obras Municipais e Logística - Designação de Júris”** -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar por unanimidade a designação dos elementos dos júris dos procedimentos concursais para provimento dos cargos dirigentes abaixo indicados, por se reconhecer que tais elementos possuem as características exigidas no n.º 2 e 3 do art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, nomeadamente mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal; são detentores de vasta experiência na área de recursos humanos e da administração local autárquica, porquanto desempenham há vários anos funções dirigentes, de coordenação ou de consultadoria no Município de Sesimbra e integraram, por diversas vezes, júris de procedimentos concursais para recrutamento de trabalhadores e ou de dirigentes: -----

----- **Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos**-----



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Presidente do Júri – Aníbal José Medeiros Sardinha – Diretor de Departamento de Administração e Finanças;-----

----- 1.º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio – Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

----- 2.º Vogal Efetivo – Joaquim Mário Alves Feio Babo – Advogado e Consultor Jurídico;-----

----- 1.º Vogal Suplente – Luísa Maria Cagica da Silva Carvalho Fachada – Chefe de Divisão de Cultura e Bibliotecas;-----

----- 2.º Vogal Suplente – António José Escalreira – Advogado e Consultor Jurídico. -----

----- **Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Obras Municipais e Logística** -----

----- Presidente do Júri – Aníbal José Medeiros Sardinha – Diretor de Departamento de Administração e Finanças;-----

----- 1.º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio – Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

----- 2.º Vogal Efetivo – Miguel Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos – Chefe de Divisão de Água e Saneamento;-----

----- 1.º Vogal Suplente – Cláudia Cristina Pinho da Silva – Chefe de Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico;-----

----- 2.º Vogal Suplente – Alexandra Isabel Marques Neves Neto – Chefe de Divisão de Ambiente Urbano. -----

----- Seguidamente foi dado início ao **3º ponto “2ª. Alteração ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia do Castelo”**-----

----- **A Presidente da AM** cedeu a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- **O Deputado João Rodrigues** referiu que relativamente a este ponto e dada a controvérsia sobre a contratação de pessoal e porque julgava que este reforço de verbas para a junta de freguesia do Castelo e para a junta de freguesia da Quinta do Conde, nomeadamente, com um aumento de 70% na freguesia do Castelo e 100% na freguesia da Quinta do Conde, gostaria de ouvir os Srs Presidentes das respectivas juntas, se estas verbas correspondem às expectativas e, com base no aumento das verbas, dão resposta às suas necessidades. -----

----- **O Deputado Lobo da Silva** disse que tendo em consideração estas delegações de competências e as transferências de verbas tinham sido certamente conferenciado com os Presidentes das juntas, e já aprovadas pelas assembleias de freguesia, a bancada do PSD só tinha que se congratular com estas delegações. E esperar que as juntas de freguesia após um ano, fizessem a sua análise em termos

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

financeiros, se tinham tido mais, ou menos, despesa. Se o valor atribuído pela Câmara não tinha ficado aquém do valor da despesa que tiveram com as referidas delegações de competências. Dai o voto favorável da bancada do PSD. -----

----- **O Deputado Francisco Jesus, Presidente da Junta de Freguesia do Castelo** começou por dizer que este processo de transferências da Câmara Municipal de Sesimbra para as juntas de freguesia não era muito antigo, tinha 8 ou 9 anos, e era anualmente revisto no ponto de vista daquilo que são os custos efectivos, reais, a capacidade também das próprias juntas puderem executar as matérias delegadas, e portanto era um processo em construção, ele costumava dizer, em construção contínua. Podia haver obviamente variações de um ano para o outro, não apenas na questão estritamente financeira, como também nas matérias e nas áreas a delegar. -----

----- Disse também, que esta segunda alteração resultava, como não podia deixar de ser, de uma negociação entre as freguesias e a Câmara Municipal. Porque de acordo com a atual legislação, e era bom que se dissesse isto, só podia haver alteração do acordo se houvesse efetivamente uma negociação bilateral. Portanto tinha sido uma das inovações da Lei 75/2013, nomeadamente, nas matérias do artigo 132º, em que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal não podem por sua exclusiva vontade unilateral retirar as matérias delegadas, nem podem as freguesias deixar de executá-las, porque o acordo tem a duração do próprio mandato. E aquilo que se transferia não eram as competências, sobretudo nos acordos de execução, o que se transferia era os meios. As competências, já a Lei delega nas freguesias.

----- Informou que este ano com base nos cálculos, sobretudo na freguesia do Castelo, ainda sem fechar porque estavam em dezembro, mas com custos feitos por duodécimos, ia haver nesta matéria da limpeza urbana, um valor de défice face àquilo que são as transferências do município, na ordem dos 37 mil euros, que tinha a ver com uma questão essencialmente do próprio acordo de execução. O acordo de execução prevê, nas zonas que não têm varredura, onde existe apenas a limpeza de bermas e passeios, a passagem uma vez por ano. E aquilo que se verificou ao longo do ano foi que efetivamente as necessidades são maiores e teve-se que fazer várias passagens. E isso relevou para uma maior intensidade, não só apenas em termos de recursos humanos, como também de meios técnicos à execução dessa tarefa. A opção seria, a junta de freguesia faz uma vez, a partir daí se for necessário faz a Câmara Municipal, mas era difícil o cidadão perceber isso. E portanto aquilo que se fez num processo negocial que iniciou em junho, porque já no ano anterior tinha havido um défice ligeiramente inferior, foi fazer os custos reais efectivos e com base nesses custos reais efectivos com as necessidades, aumentar a passagem e atualizar os critérios, sobretudo o critério de transferência ao montante dos custos reais.

Ata nº34 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

Ainda, não lhe custava reconhecer mesmo no quadro atual, eventualmente teria que ser aperfeiçoado futuramente. Futuramente não sabiam o que adviria em termos de propostas legislativas nesta matéria, mas teria que evoluir. Porque aquilo que se propunha hoje era fazer 2 passagens, na verdade a junta de freguesia e a Câmara aquilo que acertava era uma colaboração mútua entre os dois serviços, havia sobretudo meios mecânicos e técnicos que a Câmara tem e a junta de freguesia não tem, e tem havido uma profícua colaboração. Porque o resultado final era a satisfação das pessoas, a resolução dos problemas era aquilo que os tinha que mover. Não tinha que haver uma diferença entre aquilo que era o município a fazer e aquilo que era a junta de freguesia a fazer. -----

----- A **Presidente da AM** agradeceu os contributos esclarecedores sobre a presente matéria e passou à votação do **3º ponto – “2ª. Alteração ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia do Castelo”**-

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar a alteração ao acordo de execução celebrado com a Junta de Freguesia do Castelo, em 05 de Maio de 2014 e alterado em 01 de outubro de 2014, nos termos e condições constantes da minuta anexada à proposta, mantendo-se sem qualquer alteração os anexos I e III do acordo de execução. -----

----- Foi dado início ao **4º Ponto da Ordem de Trabalhos – “2ª. Alteração ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia da Quinta do Conde.** -----

----- Não havendo nenhum deputado que solicitasse intervir, a presidente colocou de imediato à votação este ponto. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar a alteração ao acordo de execução celebrado com a Junta de Freguesia da Quinta do Conde, em 05 de Maio de 2014 e alterado em 01 de outubro de 2014, nos termos e condições constantes da minuta anexada à proposta, mantendo-se sem qualquer alteração os anexos I, II e IV do acordo de execução.--

----- Seguidamente foi dado início ao **5º Ponto da Ordem de Trabalhos – “Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Península de Setúbal – SIMARSUL – Emissão de Parecer”** -----

----- **A Presidente da Assembleia Municipal** cedeu a palavra aos deputados. -----

----- O **Deputado Lobo da Silva** referiu que na sequência daquilo que o PSD disse, em 15 de dezembro de 2014, que na altura votou contra, porque entendia e continuava a defender que este era um processo que visava a rentabilidade e a racionalização dos meios. Ou seja, no fundo aquilo que era apresentado na presente sessão, era dar uma emissão de parecer ao desfazer daquilo que há um ano e meio, dois anos, tinha sido na Assembleia Municipal agrupado. Portanto a bancada do PSD não sabia se efetivamente nestes dois anos tinha havido ou não rentabilidade e racionalização dos meios. Aquilo que vinha à

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

presente sessão, era no fundo um parecer sobre o desfazer do que tinha sido feito em 2014, mas não tinham nada palpável se efetivamente com essa postura em 2014, foi pior ou foi melhor. Também sabiam e percebiam, que era mais fácil Sesimbra dialogar com 4 ou 5 municípios, do que estar englobado em “N” e daí e coerentemente não iam deixar o benefício da dúvida, e neste caso em concreto iam-se abster. -

----- **O Deputado Francisco Jesus** disse que não se tratava efetivamente, nem de perto, nem de longe, da rentabilidade e da racionalização. Aquilo que estava ali e que revertia aquilo que aconteceu, era efetivamente quem era a entidade gestora e quem eram os responsáveis no quadro da autonomia que deviam ter, na administração de um bem público que era a água, e sobretudo os serviços públicos. Aquilo que se estava a reverter, era efetivamente voltar a devolver aos municípios, no quadro da sua autonomia, aquilo que era efetivamente a gestão deste serviço e também a fixação das próprias tarifas, num quadro da autonomia que os municípios devem ter na presente matéria. E portanto era disso que se tratava e era efetivamente isso que tinha sido revertido, mantendo efetivamente na esfera pública, chamam-se-lhe assim, sobretudo sobre aqueles que têm o território e que têm competência nesta matéria a decisão, quanto áquilo que era os investimentos, as taxas, as tarifas, e obviamente o próprio saneamento de águas residuais. -----

----- **O Deputado Manuel José Pereira** referiu que apenas queria dizer que o Partido Socialista não tinha nenhuma dúvida sobre esta matéria, aprovava-a, e a sua declaração de voto era exatamente a dos Vereadores adaptada ao facto de estarem na Assembleia Municipal. -----

----- **A Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o **5º Ponto da Ordem de Trabalhos – “Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Península de Setúbal – SIMARSUL – Emissão de Parecer”** -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria com 22 votos a favor (13 da CDU, 6 do PS, 2 do MSU e 1 do BE) e 2 abstenções do PSD/CDS-PP, sob proposta da Câmara Municipal: -----

----- I) Emitir parecer favorável à criação do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, bem como da sociedade concessionária da respetiva exploração e gestão; -----

----- II) Aprovar o Acordo Parassocial a celebrar entre todos os accionistas da SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S. A., e que visa regular algumas matérias relativas à sociedade. -----

----- Seguidamente o **Grupo Municipal do PS** prestou a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- **“SIMARSUL – emissão de parecer”** -----

----- *A presente matéria versa sobre a decisão problemática do governo PSD/CDS, que originou o processo de extinção dos sistemas multimunicipais resultando a sua agregação nas Águas de Lisboa e*

Ata nº34 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*Vale do Telo (ALVT), pretendendo o atual Governo e a generalidade das autarquias do litoral a reversão daquele modelo, tendo para o efeito sido inclusivamente publicado o Decreto-Lei n.º 72/2016, de 04.11 que confere sustentação legal a esta nova realidade. -----*

*----- A questão da reversão parece-nos ser uma matéria pacífica entre o Governo e muitas das autarquias visadas, contudo a mesma vem acompanhada do respetivo défice tarifário que pode no futuro ser penalizador para os consumidores, pelo que importa que todas as partes garantam a existência das melhores soluções como forma de não penalizar os futuros tarifários, sabendo desde já que em 2017 não haverá aumentos, os quais a existirem devem em nosso entender ser suportados pela Administração Central, pelo Fundo Ambiental e pelos municípios, sem prejuízo do acima referido ou até de outras soluções que atenuem eventuais impactos negativos. -----*

*----- Por outro lado, importa desde já garantir que, no termo da concessão às Águas do Sado em 2023, se verifique a adesão ou entrada efetiva do município de Setúbal no novo sistema a criar, como fator de sustentabilidade do mesmo, bem como pela necessidade de futuros investimentos naquele concelho, realidade que deve obedecer a decisão prévia dos respetivos órgãos autárquicos, Câmara e Assembleia Municipal ou mesmo do Governo. -----*

*----- Face ao exposto, o voto favorável dos eleitos do Partido Socialista, acompanhado da presente declaração de voto. -----*

*----- Também o Grupo Municipal do PSD/CDS-PP prestou **Declaração de Voto** (a Declaração de Voto não foi entregue nos serviços). -----*

*----- Nada mais havendo a tratar, foi dispensada a leitura da ata em minuta, da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----*

*----- A Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião era uma hora e trinta minutos do dia 17 de dezembro de 2016. -----*

*----- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----*